



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL | | |
|---|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública/Reunião Ordinária | Nº: 0194 A/13 | DATA: 02/04/2013 |
| INÍCIO: 10h48min | TÉRMINO: 13h23min | DURAÇÃO: 02h35min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h35min | PÁGINAS: 61 | QUARTOS: 25 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Diretor da Área de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social do Consórcio Construtor Belo Monte.

SUMÁRIO: Oitiva do depoente sobre o tema da Comissão. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exibição de vídeo.
Há oradores não identificados.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas. Vamos iniciar a nossa reunião de trabalho. Já havendo número regimental, eu declaro aberta a 46ª reunião da CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas e consequências, no período vigendo da Convenção de Palermo. Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída a cópia das Atas das 38ª, 39ª e 40ª...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito dispensa da leitura das mesmas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Então, sob o apelo de dispensa da leitura das Atas formulado pelo Deputado Luiz Couto, as atas estão dispensadas da sua leitura, se nenhum Deputado ou Deputada se colocar em contrário.

Os Srs. Deputados que queiram discutir ou encaminhar a discussão das Atas... *(Pausa.)*

Ninguém se manifestando, eu considero as Atas aprovadas.

Quero comunicar rapidamente o ofício do gabinete do Deputado José Augusto Maia, justificando as suas faltas nos dias 5 e 19 de fevereiro do corrente.

Quero registrar aqui a presença do Sr. Antônio Carlos de Oliveira, que é o nosso convidado para se manifestar nesta audiência pública da CPI, ele que é Diretor da Área de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança, Saúde Ocupacional e Responsabilidade Social do Consórcio Construtor de Belo Monte.

Quero, antes de convidar para ter assento à Mesa, para as suas considerações, pedir a atenção dos Srs. e Sras. Deputadas para as normas estabelecidas no Regimento da Casa. O nosso convidado terá 20 minutos, podendo ser prorrogáveis a critério da Presidência. Cada Deputado, em seguida, terá um prazo de 3 minutos para fazer as suas indagações e as suas colocações. Igual tempo de resposta é facultado à réplica e à tréplica, também com uma tolerância a critério da Presidência. Os Deputados interessados deverão se inscrever para fazer uso da palavra.

Quero registrar a presença do Deputado Asdrubal Bentes, do PMDB do Pará, da Deputada Flávia Morais, a nossa Relatora, aqui na Mesa; do Deputado Fernando Francischini, do PEN do Paraná; do Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba; do Deputado Miriquinho Batista, do PT do Pará; do Deputado Severino Ninho; do



Deputado Sibá Machado, do PT do Acre, do Deputado Davi Alves Silva Júnior, do PR do Maranhão; e da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, do DEM de Tocantins. São os Deputados aqui presentes. Não sei se... Eu acho que todos.

Eu quero, então, convidar o Sr. Antônio Carlos de Oliveira para tomar assento aqui na nossa Mesa. *(Pausa.)*

A presença do Dr. Antônio Carlos de Oliveira, que representa, nesta sessão, além de outros diretores, assessores e servidores da Norte Energia e do Consórcio Construtor de Belo Monte, que estão presentes aqui, no sentido de prestar os esclarecimentos necessários... Mas a presença do Sr. Antônio Carlos de Oliveira representando o Consórcio Construtor de Belo Monte se deve a requerimento aprovado à unanimidade, nesta Comissão, no sentido de prestar os esclarecimentos devidos, em decorrência de uma investigação feita por esta CPI, provocada pelas notícias na grande imprensa, do resgate de 18 mulheres numa boate, na Boate Xingu, lá em Vitória do Xingu, que mereceu inclusive a visita de membros desta Comissão. Estivemos lá eu, o Deputado Luiz, o Deputado José Augusto Maia, o Deputado Cláudio Puty, que presidia, à época, a CPI do Tráfico, do Trabalho Escravo, que é do PT do Pará, e que também solicitou, igualmente, lá na CPI do Trabalho Escravo, uma investigação na obra. E, pela coincidência da matéria, nós resolvemos fazer uma diligência única desta CPI com a CPI do Trabalho Escravo, para, *in loco*... Estivemos numa audiência pública em Altamira. Esta audiência pública ocorreu na Câmara Municipal de Altamira, com mais de 30 representantes de entidades e dezenas de pessoas, cidadãos, professores, técnicos, Vereadores, representação das Prefeituras de Vitória do Xingu e de Altamira, CNBB, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Civil e várias outras entidades presentes nesta audiência pública. E depois fizemos uma visita, acompanhados da imprensa, lá na boate.

Ao chegarmos nessa boate, nos deparamos com aquela realidade. Eu vou ser bem resumido nisso, porque o noticiário foi farto e volumoso sobre a matéria à época. E nós praticamente confirmamos tudo aquilo que a imprensa já tinha divulgado, as condições degradantes daquelas mulheres — inclusive uma menor estava sendo objeto de prostituição —, em regime de confinamento. As fotografias que nós fizemos lá mostram as condições degradantes, os cubículos em que essas



meninas, essas mulheres ficavam, apenas uma cama com um colchão, sem janela, com tranca só pelo lado de fora desses cubículos, que ficavam na parte posterior dessa boate. Boate é o termo de dizer, porque era um salão com duas máquinas caça-níqueis, um cantinho de *pole dance*, um bar e só. Era isso a boate. E um corredor, talvez da dimensão de uma mesa dessas de diâmetro — duas pessoas não conseguem passar simultaneamente nesse corredor —, que separava para a fileira de quartos. Eu chamo de quarto de forma bondosa, generosa, porque eram cubículos sem nenhuma condição. E essas mulheres ficavam lá em regime de cárcere privado, algumas delas.

Depois nós ouvimos os depoimentos de algumas delas. Depois cotejamos esses depoimentos que elas prestaram à CPI com os depoimentos prestados no Ministério Público e na Polícia Civil, e os depoimentos são absolutamente simétricos no que diz respeito às denúncias. Depois ouvimos os acusados que estão presos até hoje: o Sr. Adão, a sua esposa, o Chico, que era o gerente, o Alemão, que era uma espécie...

Ficamos lá, eu e o Deputado José Augusto, até quase 1 hora da manhã, na sede da Polícia Civil, já em Belém, ouvindo o depoimento dessas pessoas. Para nós, esse depoimento foi repassado já aos membros da CPI, em reuniões aqui de trabalho, e, para nós, tudo isso que foi estampado e cogitado pela imprensa foi confirmado por esta Comissão. E nos estranhou que esta boate, a Boate Xingu, o seu proprietário, o Sr. Adão, já havia sido preso em Rondon, em Girau, e a sua boate fechada lá pela mesma prática criminosa.

As meninas vieram todas do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Passaram seis dias e meio viajando de transporte, inclusive recebendo em depósito bancário, que já foi também confirmado pelos extratos bancários, por esse Adão, no trajeto do percurso, porque elas sequer tinham dinheiro para sua alimentação. Elas foram, na verdade, abastecidas em depósitos bancários no percurso do trajeto para chegarem lá.

A aliciadora em Santa Catarina, ou a principal aliciadora, digamos assim, já foi identificada inclusive pela Polícia e já está com mandato de prisão exarado pela Justiça.



E os depoimentos que nós ouvimos desses acusados são... As contradições são torrenciais e há evidências flagrantes, fartas de que realmente se tratava de uma quadrilha, de um crime organizado.

E a gente estranhou como é que isso acontecia na área do canteiro de obras. Nós estivemos lá, inclusive conduzidos pela Polícia Federal; e tivemos inclusive que passar por uma guarita, onde tivemos que parar para um servidor do Complexo Construtor de Belo Monte — pelo menos a farda desse servidor estava com o distintivo do CCBM —, inclusive nos autorizando, digamos assim, a passar e seguir caminho alguns quilômetros, onde se encontra essa Boate Xingu, que, inclusive, estava lacrada. Nós pedimos à Polícia Civil, que estava nos acompanhando, e à Polícia Federal autorização para quebrar o lacre e adentrar na boate, para não... E constatamos toda essa situação.

Então, daí é que nós resolvemos, aqui na CPI, convidar o CCBM para prestar os esclarecimentos que lhe forem pertinentes.

Então, eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Antônio Carlos de Oliveira, que foi convocado por esta CPI, e, antes, para fazer sua leitura do termo de compromisso. Em seguida, faculto-lhe a palavra, porque parece que há uma transparência aí para ser passada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois, não, Doutor. Muito obrigado por sua presença.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Muito obrigado e bom dia, Sr. Presidente. Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Primeiro, nós gostaríamos de agradecer a oportunidade de o CCBM estar aqui representado, para prestarmos os esclarecimentos e contribuir para essa ação de grande relevância para a sociedade brasileira. Nós gostaríamos de iniciar a nossa palavra falando um pouco sobre o que nós achamos e definimos como o que nós temos de mais nobre no CCBM, que é a nossa força de trabalho. Eu vou... Sr. Presidente, se o senhor permitir, eu vou ficar de pé, para poder melhorar a apresentação. *(Pausa.) (Segue-se exibição de imagens.)* Então, vamos iniciar aqui falando um pouco sobre os recursos humanos de que o CCBM dispõe para executar esse projeto, que, como vocês sabem, é a terceira maior



hidroelétrica do mundo, é a maior obra em andamento no País. Hoje nós contamos com 22 mil funcionários: 17 mil funcionários diretamente ligados ao Consórcio; 5 mil funcionários de subcontratadas. Desses 22 mil, 12% são mulheres, algo inédito em obras neste País. Nós temos mulheres trabalhando em todas as atividades do projeto, desde dirigindo caminhões que transportam 70, 80 toneladas, máquinas pesadas, pedreiros, armadores, eletricitistas. Em toda frente de trabalho, nós temos as mulheres contribuindo com esse projeto. E nós temos... Hoje, 69% dos funcionários são moradores do Estado do Pará. Isso contribui para o pleno emprego na região. Só para a gente clarear também, o CCBM é uma das subcontratadas pela Norte Energia, que é o consórcio proprietário da usina. A Norte Energia tem os projetos sociais na região. Então, eles respondem por esses projetos e nós respondemos pela construção civil e tudo aquilo que é inerente a esse contrato. Somos, desde o início do projeto, fiscalizados por esses órgãos aqui mensalmente; semanalmente, eles estão presentes conosco. O Ministério Público Federal, Estadual, IBAMA, FUNAI, Defensoria Pública do Pará, Ministério do Trabalho e Emprego estão conosco. A cada dois meses, tem um grupo de 12 a 13 auditores conosco, Procuradoria-Geral do Estado do Pará, Secretaria de Fazenda e de Meio Ambiente de Estados e Municípios, todos eles estão constantemente conosco no projeto. E, além disso, temos o apoio da Polícia Militar, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos que estão sempre presentes conosco; as ONGs estão sempre presentes, vocês devem ter visto pelos noticiários, estão sempre constantemente participando do projeto, visitando o projeto, obtendo os esclarecimentos que forem necessários. Dentro dos programas desenvolvidos pelo CCBM, dentro do enfoque da CPI, nós trouxemos alguns para apresentar aos senhores. O primeiro deles é sobre a capacitação profissional. É um compromisso da Norte Energia e do CCBM contribuir não só para a formação de mão-de-obra para ser utilizada no consórcio, mas para formar mão-de-obra para o País. Então, nós temos o programa Capacitar para Crescer, que é desenvolvido com 5 subprogramas: noções de cidadania; capacitar para liderar; capacitar inicial, que é para o jovem aprendiz de 15 a 18 anos; alfabetizar trabalhando; inclusão digital. E nós já formamos no ano passado 5 mil e 400 profissionais, dos quais, em torno de 40 a 50 % estão no consórcio. Com essa formação, o profissional tem a liberdade de



conseguir o emprego onde ele quiser. Tem muitas obras acontecendo na região. Então, eles são formados e fazem a opção onde querem trabalhar. Até 2019, teremos 30 mil formados na região do Xingu. Nessa área de capacitação profissional, nós ministramos 21 cursos, em parceria com o SESI, SENAI e outras entidades da região, desde armador, trator agrícola, passando por escavadeira, rolo compactador, pá carregadeira e motoristas de veículos pesados. Em todas essas 21 áreas nós formamos profissionais no local. Outro programa significativo para o CCBM é qualidade de vida para o nosso trabalhador. Ele está pautado em três pilares básicos: saúde, educação, cultura, e lazer. Na área da saúde, nós temos implementados em todos os canteiros os chamados Centros de Atendimento ao Trabalhador. Eles funcionam em todas as frentes e oferecem diferentes atendimentos em um único lugar, que facilita a mobilização do trabalhador e sua logística para ser atendido. Tem ambulatório médico, fisioterapia, tudo que se pode oferecer ao trabalhador na área da saúde. E também esses CATs funcionam 24 horas. Na área de educação e cultura, como é uma obra de longo prazo, você tem que proporcionar condições para o crescimento pessoal dos nossos funcionários e profissional. Para isso, temos cursos de alfabetização, ensino fundamental em parceria com o SESI, ensino médio, em parceria com o SESI, ensino a distância. Então, temos salas para que os trabalhadores possam continuar esse curso a distância, que hoje é muito comum no Brasil como um todo, facilita muito a formação das pessoas, inclusão digital e nós acabamos de fechar este mês um convênio com a Fundação Getúlio Vargas, que irá administrar dentro do canteiro um MBA de especialização e dia 19 se inicia um MBA em gestão de projetos. Nós temos, na área de cultura, cinemas, disponíveis para todos, teatro, inclusive teatro externo e teatro feito com os próprios trabalhadores, shows para fazer o entretenimento e estamos em negociações avançadas para implantação de cursos técnicos, oficinas e outras ações de cunho educacional. Tudo isso oferecido no canteiro de obras. Continuando ainda na área de lazer agora, temos blocos de recreação, que têm salas de TV, jogos, sinucas, pingue-pongue e outros jogos para o entretenimento do trabalhador. E, no bloco esportivo, temos uma sala de artes marciais onde priorizamos o judô e o karatê, que são dois esportes conhecidos que priorizam a disciplina dos profissionais, a disciplina na sua vida pessoal e profissional também;



academia de ginástica, tanto ao ar livre quanto fechada, sala de jogos, *lan house*, campos de futebol *society*, campo e salão também, quadras cobertas. Aqui algumas fotos para evidenciar. E no vídeo que nós vamos apresentar, logo no final da apresentação, um vídeo de 5 minutos, dá para vocês poderem perceber, realmente, isso que nós estamos colocando aqui acontecendo, na prática, no projeto. Ainda tem o bloco de serviço. Então, tem centro ecumênico, porque nós temos várias religiões. Então, tem o centro ecumênico, a agência dos Correios, barbearia, salão de beleza, lanchonetes e praça de alimentação, além daquele restaurante que fornece alimentação gratuita ao trabalhador. Há todas essas opções. Acabamos de inaugurar, no Sítio Belo Monte, agências da Caixa Econômica Federal, para que eles possam receber o seu salário, fazer as transações, enviar dinheiro para a família diretamente ali no sítio, na obra; bloco comercial, onde nós temos farmácia, minimercado, lavanderia, bazar, sorveteria. É uma minicidade dentro do projeto. Dentro dos programas direcionados à prevenção e abuso da exploração sexual, nós temos programas muito específicos para isso no projeto, já desde o início do projeto. Nós temos o programa chamado PGOI, que é Programa de Grandes Obras pela Infância. Esse é um programa que o consórcio implementa. Dentre eles, tem aqui sempre o Denúncia Disque 100, denúncia ligue 100. Esse programa está em todo o projeto. E tem uma parte desse programa que é feita fora do projeto, que é nas residências das famílias, junto aos pais e às crianças, porque não adianta nada só conscientizar o trabalhador, nós também temos que atuar fora, junto à comunidade. Esses são os cartazes, os *banners* do programa. Esse treinamento é feito constantemente junto aos trabalhadores, porque você faz um programa, lança um programa, mas conscientizar você não faz apenas com uma palestra; conscientizar tem que ser no dia a dia, conversando, explicando, clareando para todos. Isso é feito junto com a nossa área de responsabilidade social. No campo, para 10, 15 minutos, e conversa com o trabalhador; vai na outra frente e conversa. Isso repetidamente. A cada três meses, a gente repete o ciclo todo. Essa é uma cartilha que eles recebem do programa Grandes Obras. Nós temos aqui um modelo para deixar com vocês, para consulta. Dentre eles, nós fazemos a pergunta: “*Você sabia que, no Brasil, há uma lei que trata somente dos direitos das crianças e dos adolescentes?*” Esclarecemos ao trabalhador isso. E dizemos a ele o seguinte: “*Por que denunciar?*”



Por que ele deve denunciar? *“Porque nosso papel, como adultos, é proteger todas as crianças e adolescentes, mesmo que eles não façam parte da nossa família. Praticar sexo com criança e adolescente é crime”*. Então, isso deve ser deixado claro para nossos trabalhadores. *“Devemos ajudar a combater esse tipo de violência e evitar que outras crianças e adolescentes sejam violados ou explorados. Para prevenir e combater esse problema é necessária ajuda de todos.”* Todos nós temos que estar unidos, para poder combater esse problema, que é um problema que existe no Brasil como um todo. *“Denunciar é simples, a ligação é gratuita, e você não precisa se identificar. Faça a sua parte, denuncie, ligue 100.”* Então, lá tem aparelhos telefônicos, pode ligar do celular, para poder fazer a denúncia. Na integração, todo empregado, tanto pertencente ao próprio consórcio como de suas subcontratadas, passa por uma integração de dois dias, em que falamos sobre o projeto como um todo, sobre seus direitos e deveres, sobre segurança. Nesse programa de integração, nós temos uma parte também que é falada sobre essa parte da prevenção ao abuso à criança e ao adolescente. Esse guia de comportamento é entregue a cada funcionário. Ele assina o termo de recebimento. Isso fica na sua ficha de empregado. Também aqui enfatizamos como deve ser o relacionamento com a comunidade, respeitando as pessoas das comunidades vizinhas, seus costumes e suas propriedades. *“Coloque-se no lugar do outro sempre e tenha em mente que devemos integrar a comunidade de maneira adequada.”* Na página 8 da mesma cartilha: *“Cuide das nossas crianças e adolescentes, ficando atento. Abuso e exploração sexual de menores, além de destruir a infância, é crime”*. Então, vocês viram, nós falamos na integração e repetimos, a cada três meses, um programa constante dentro do projeto. E cito um programa dentro da segurança do trabalho, que também é outro canal, em que o empregado pode se manifestar. Esse é o empregado, tanto o próprio subcontratado, dentro do canteiro, pode se manifestar, de forma anônima ou identificada, pode fazer as denúncias que tiver necessidade ou que julgar necessária. Nós temos a norma SA8000, que o CCBM assume esse compromisso. Dentro desse programa, nós temos, anualmente, feito a Semana da SA8000. E agora fizemos recentemente, no mês de março, e aproveitamos a semana para poder enfatizar junto aos nossos trabalhadores essa preocupação. Essas são algumas fotos do evento. Dentro do Programa de Controle



Médico e Saúde Ocupacional... Aqui nós mantemos o trabalhador sob constante controle para poder manter a sua saúde. Ele tem que entrar no projeto com a saúde adequada e sair do projeto, se possível, melhor ainda. Nós temos a implantação dos Programas de Saúde Básica e Saúde Pública — dengue, malária, doenças sexualmente transmissíveis. Então, esses são os programas que também abrangem a saúde ocupacional. Temos o controle de endemias, porque nós estamos em uma região onde tem, de vez em quando, um foco, uma crise de endemias, principalmente de dengue. Então, nós temos que fazer um trabalho forte para ajudar a reduzir isso na região. Isso é feito em conjunto com a Secretaria de Saúde do Estado juntamente com o Ministério da Saúde. Todos nós sabemos que tem o Programa Ambiental — nós temos exigência até do Plano Básico Ambiental —, um trabalho de conscientização ambiental, de tornar o projeto e a sociedade... Que aja de forma sustentável. Então, nós temos duas frentes: uma na parte adulta... Tem aqui um exemplo que nós estamos trabalhando junto com o 51º BIS, de Altamira, e aqui junto às escolas. Levamos as crianças para a obra, para elas conhecerem a obra e saberem como a obra dá o devido cuidado ao meio ambiente. Aqui é uma cartilha onde o projeto básico, o foco básico é “*meio ambiente, uma construção sustentável*”. E nós entendemos também que quem vai conversar com o trabalhador no seu dia a dia são os líderes, são os encarregados, os chefes imediatos, que lidam no dia a dia com o trabalhador. Para isso eles são treinados e capacitados e recebem o *Manual do Encarregado*, um treinamento que é feito durante 90 dias. São 180 horas de treinamento para toda a equipe, mais de 2 mil encarregados desse tipo de liderança. Também nesse manual é constado o mesmo termo, inclusive com Disque-Denúncia, o Disque 100. Por último, no final do ano passado, nós implementamos a Ouvidoria CCBM. Essa Ouvidoria CCBM está disponível para a comunidade, para os trabalhadores e moradores da região, para denúncias, reclamações, sugestões, que podem ser feitas com garantia de anonimato por intermédio de dois canais: temos o 0800, que pode ser inclusive acessado via celular, e o *e-mail* ouvidoriaccbm@consorciobelomonte.com.br. Então, esses dois instrumentos e todos aqueles que nós apresentamos aqui estão disponíveis. E até aparecer na imprensa, até colocar, nós não tivemos, não temos nenhum registro. Essa Ouvidoria aqui, esse celular, inclusive, é atendido por uma empresa



terceirizada, até para... *“Ah, não. Vocês receberam e não quiseram...”* É uma empresa terceirizada que trabalha conosco na gestão desse processo. Até o momento em que houve aquela... Não tinha denúncia registrada nem documentada nesses canais que nós mostramos para vocês. Bom, muito obrigado. Eu gostaria de pedir a autorização do Presidente para a gente mostrar o vídeo aqui. São 5 minutos. *(Pausa.)* O.k. Obrigado.

(Exibição de vídeo.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, vamos encerrar nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor pode apertar aí.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, encerramos a apresentação e estamos à disposição.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, Deputado, vou já lhe dar a palavra pela ordem.

O senhor já encerrou?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Asdrubal Bentes, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, achamos muito bonita a exposição, que nos trouxe elementos capazes de avaliar a grandiosidade do trabalho que está sendo realizado no meu Estado do Pará. Mas eu estou de posse aqui do requerimento de autoria de V.Exa., e ele é específico: é para esclarecer sobre a instalação de boate em áreas da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Nós cremos que o palestrante mostrou as condições de trabalho, mostrou o lado social, mostrou tudo o que há de bom, mas não atingiu esse aspecto, que é exatamente o cerne da questão, que é saber sobre a instalação de boate em área da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Então, eu não sei se V.Exa. deixaria para que nós, com as indagações, colhêssemos as informações que a empresa tem a dar, ou se ele se prontificariam a esclarecer, desde já, sobre o funcionamento desta boate em área da Hidrelétrica.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito. Sr. Deputado Asdrubal, a sua questão de ordem está acolhida, é absolutamente pertinente. Até indaguei ao Sr. Antônio Carlos se já tinha concluído a sua apresentação, porque foram 20 minutos aqui tratando de temas que não são objeto desta audiência. Está certo? Já tem Deputado até pedindo passagem para se mudar para lá, dadas as condições aqui que foram apresentadas no vídeo, mas esse não é o objetivo da nossa audiência pública. Portanto, está acolhida a sua questão de ordem.

Eu passo a palavra... O Sr. Antônio Carlos se recusou a abordar o tema para que foi convocado aqui. Eu inclusive fiz questão de circunstanciar, antes de lhe dar a palavra, o que motivou esta audiência pública, mas nós não fomos acolhidos com a preocupação que, pertinentemente, é de V.Exa.

Eu faculto a palavra aos Srs. Deputados que possam, portanto, então, provocá-lo.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Há outra questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Provocá-lo para que ele possa dizer as circunstâncias de funcionamento dessa boate.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu tenho questionado sempre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - No que pese toda a propaganda aqui apresentada.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não apenas aqui, como em outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - A convocação foi feita para o Sr. José Ailton Lima, que é o Presidente, não é? E quem veio prestar os esclarecimentos foi o diretor. Aliás, isso aqui, no meu entender, já é uma espécie de desconsideração com a Comissão, porque o convite... Não foi nem convite. A convocação foi para o Presidente — com a emenda aditiva ou a emenda aditiva: *“não sendo ele, quem estiver na presidência do consórcio”*.

Então, é uma indagação: o Sr. Antônio Carlos está na presidência do consórcio?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, ele... Houve um contato com a CPI — eu fui consultado —, e nós aquiescemos à possibilidade de vir um diretor representando. Isso para nós não é o centro da questão.

Esse foi o entendimento da Presidência. E peço inclusive desculpas aos membros se me exorbitei na função. Mas, no nosso entendimento, pela jurisprudência que nós temos criado aqui, Deputado Asdrubal — V.Exa. tem razão, literalmente tem razão —, a possibilidade de vir um diretor, representando o presidente, prestar os esclarecimentos para nós é essencial. Nós não nos apegamos à figura institucional rígida, digamos assim.

Agora, eu espero que, meia hora depois de iniciada a nossa audiência pública, a gente entre no mérito do debate que nos traz aqui.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós temos muitas coisas a fazer. Eu acho que os diretores aqui da Norte, do CCBM também... Há uma audiência hoje à tarde, na Comissão de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, presidida pela Deputada Erika Kokay. Eu espero que a gente possa...

Eu vou facultar a palavra às Sras. e aos Srs. Deputados, para fazerem as suas indagações e poderem ter a...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Primeiro a Relatora, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Relatora tem a prerrogativa, vai ter a palavra. Portanto, eu queria só concluir dizendo que está acolhida a questão de ordem que o senhor levantou.

Eu passo a palavra à Deputada Flávia Moraes.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Bom dia a todos. Eu vou procurar ser bem objetiva, porque eu sei que todos os Deputados querem ouvir o Sr. Antônio Carlos, que veio até nós e, com certeza, vai esclarecer-nos melhor essa questão ocorrida lá em Altamira.

Eu gostaria de perguntar ao senhor, como diretor responsável pela qualidade dos trabalhos realizados lá: o senhor sabia da existência desse prostíbulo dentro da área da construção?



O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não. Eu acho que é importante esclarecer a todos — é uma ansiedade de todos — que esse prostíbulo, essa boate não estava dentro do canteiro de obras. Eu acho que é importante deixar isso muito claro. A área onde ela se encontrava, chamada Travessão 27, que se inicia na Transamazônica e vai até a margem do Rio Xingu, é um acesso público. Dá acesso às fazendas, aos moradores ali da região. Inclusive tem uma comunidade, São Francisco das Chagas, próxima ao nosso sítio, Canais e Diques, que tem escolas, tem posto de saúde. Tudo ali na região, e o acesso é feito a eles pelo Travessão 27. Quando... Nós temos o canal que está sendo construído, onde transitam aqueles caminhões pesados que vocês puderam observar aqui no vídeo, onde nós colocamos um posto de observação para orientar as pessoas: Olha, quando você passar por esse trecho aqui, esse trecho do canal, fique atento, por favor, ao trânsito de veículos pesados. É no sentido de orientar. Nós não impedimos ninguém, não proibimos ninguém de passar por ali. Nós temos um controle efetivo da área do canteiro. Aí, sim, quando você chega ao canteiro, você tem que preencher um documento de visitante para poder acessar o canteiro de obras. Aí você passa pelo canal e você tem acesso. Essa construção está a 10 quilômetros do canteiro de canais e diques e a 7 quilômetros do canteiro de Belo Monte. É importante também deixar claro para todo mundo que transitam por aí apenas 10% dos nossos trabalhadores, e em ônibus de ponto a ponto. Não se para ali. Não se para ali. E 10%, porque os demais ficam em canais e diques e ficam em Belo Monte. E desses 10% que estão ali, metade fica alojada nesses alojamentos que vocês viram. Então, o trânsito de pessoas nesse trecho, nesse pedaço é bem pequeno. E a construção é tão discreta — não tem nada apresentando o que é, se é um bar, se é um restaurante —, que de todas essas entidades, órgãos que passam por ali constantemente, ninguém percebeu que funcionava ali algo desse tipo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Então, repetindo a pergunta, para o senhor responder bem objetivamente: o senhor não tinha conhecimento da existência dessa...?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não, nós não tínhamos. Não tínhamos.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nem das condições que aconteciam...?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Não tinha conhecimento?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não tínhamos. Nem por um canal desses de denúncias, que nós colocamos pra vocês que funcionam já há bastante tempo, tem registro nenhum desse...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - O senhor conhecia o Seu Adão?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Para funcionar lá, ele não pediu autorização de ninguém? Ele...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não. É uma propriedade particular.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E o senhor já trabalhou em outra obra da dimensão dessa de Belo Monte?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Da dimensão de Belo Monte (*riso*), é difícil, mas proporcionalmente, sim, em outras hidroelétricas.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Onde?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Em Estreito, no Maranhão, e em outras hidroelétricas no País.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E lá o senhor tinha notícia se existia esse tipo de estabelecimento também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Também não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nenhum dos lugares, o senhor não...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não. Relacionados ao Consórcio, não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nem sem ser relacionado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Lá, mesmo não estando na área, como o senhor afirma que não estava, o senhor não tinha conhecimento?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É só, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Deputado Asdrubal está inscrito. Depois, o Deputado Severino Ninho, depois o Deputado Luiz Couto e o Fernando Francischini.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, Sra. Relatora, companheiros Parlamentares, Dr. Antônio Carlos, sem dúvida alguma, é abominável o tráfico de pessoas humanas, é abominável o trabalho escravo, a prostituição. Nós condenamos e abominamos.

E tenho certeza de que também uma empresa do porte da em que V.Exa. dirige o setor ambiental certamente tem como máxima... E, aliás, foi demonstrada aí a preservação desses valores.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Agora, eu gostaria de fazer algumas indagações. Há resolução autorizativa da ANEEL que autoriza a Norte Energia a "*promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as desapropriações*". Eu indago a V.Exa. — e pode ir anotando, se quiser responder depois, de uma vez só: esta área onde está situada a boate Xingu já havia sido desapropriada pela Norte Energia ou ainda era uma propriedade particular?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - O.k. É...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Não, eu vou fazer as outras perguntas.

Outra indagação, a Relatora já fez, é se a empresa tinha conhecimento da instalação da boate e das condições de funcionamento de boate.

E, evidentemente, não estando ainda desapropriada, se for o caso, não tinha como a empresa fiscalizar aquilo lá. Não era de sua competência, isso era competência dos órgãos de segurança do Estado, do Ministério Público do Estado.

E, aliás, com todo o respeito que tenho pelo nosso querido Presidente, eu vejo que esta matéria já foi apurada pelo Ministério Público. E tanto é que já houve a denúncia contra as seis pessoas que foram encontradas fazendo essa exploração, que eram o Adão, a mulher dele um travesti etc. Então, a denúncia já foi aceita pela Justiça Federal de Altamira, e eu não vejo como atribuir, seja à Norte Energia, seja ao Consórcio, qualquer responsabilidade por esses atos. Eu acho que caberia, sim, ao Governo do Estado do Pará exercer as suas atribuições dentro da sua



competência. O policiamento apurou e denunciou. Foi feita a denúncia ao Ministério Público; o Ministério Público fez a denúncia ao juízo, e a Justiça acatou. Agora, tentar impingir à empresa a responsabilidade pelo funcionamento da boate... A não ser que essa área já tivesse sido desapropriada pela empresa, aí, sim. Mas, se pertencer a um particular, não se pode impingir à empresa essa responsabilidade. É o meu pensamento.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nobre Deputado, para implantação de um projeto dessa magnitude, por ser interesse público, é emitido um DUP, Decreto de Utilidade Pública, para poder facilitar as negociações, caso algum proprietário não queira fazer as negociações para implantação do projeto, obviamente respeitando os valores adequados de indenização. Esse DUP tem uma poligonal, uma área delimitada, e essa propriedade, essa instalação estava a quase 2 quilômetros da poligonal delimitada. E nós, dentro do trabalho que fazemos aqui, nós abominamos esse tipo de prática em qualquer situação. Em todas as ações do CCBM e da Norte Energia, que são alinhadas... Obviamente, somos contratados da Norte Energia, a política maior vem da Norte Energia, e nós temos que cumpri-la e implementá-la, nós somos os responsáveis por produzir e construir a obra dentro dos princípios institucionais da Norte Energia. E a área era uma área não desapropriada, uma área ainda de propriedade particular, de propriedade privada. Se mais alguns esclarecimentos, estou à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Deputado Severino Ninho tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Quero cumprimentar a todos.

A nossa função aqui é buscar a verdade, investigar, fazer o nosso trabalho, independentemente de já ter havido ou não denúncia por parte do Ministério Público, não é verdade? Então, a sua contribuição poderá ser importante para o nosso trabalho.

Eu gostaria de saber do senhor se dentre... Segundo o colega Deputado, segundo as notícias que nós temos aqui veiculadas pela imprensa, seis pessoas foram denunciadas por essa prática criminosa. Eu pergunto se há alguém dentre as seis que trabalhe na obra, se há alguém que tenha qualquer envolvimento com a obra.



O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nobre Deputado, nenhum vínculo com...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Nenhum dos seis?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nem de prestação de serviço direta ou indiretamente conosco.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O senhor é responsável pela segurança também...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - ...da obra lá, do canteiro. E a segurança envolve todos os aspectos. A segurança é feita através de uma empresa privada? Quem efetivamente faz esse trabalho de segurança no perímetro da obra?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nós temos um pessoal próprio, do CCBM, e temos empresas também contratadas, terceirizadas.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E quem é esse... Efetivamente, o senhor tem uma atribuição mais ampla.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Não é verdade? O senhor mesmo colocou que é como se fosse uma cidade. Quem presta contas ao senhor? Quem traz ao senhor as informações sobre o que ocorre? Quem é a pessoa...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nós temos os gerentes de cada área. Agora, acho que é bom a gente... Como o objetivo é sempre esclarecer, a nossa área de atuação com relação à segurança, ela se refere dentro dos limites dos nossos canteiros. Quando existe qualquer ação fora, nós buscamos os órgãos pertinentes.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas a boate, para chegar lá, passa na principal, na perimetral...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não, ela cruza — não é que ela passa —, ela cruza uma área do canal onde, nesse período, por estar com trânsito de máquinas e equipamentos, algum veículo que não é identificado, não tem uma bandeirola — normalmente são utilizados veículos que transitam naquela região —, aí nós orientamos quanto aos riscos naquele pedacinho que não dá 600 metros para cruzar o canal.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O senhor me perdoe, mas eu não acredito que num local como esse, onde 20 moças estavam se prostituindo, ou sendo prostituídas, me perdoe, mas eu não acredito que não fosse do conhecimento da empresa ou de alguém responsável pela segurança. Eu não acredito, porque isso se torna um fato notório, público. Há informações de que moças, aos montes, chegam à cidade. Todos os taxistas sabem dessa história. Eu gostaria que o senhor colaborasse conosco em realmente nos informar se o senhor... Não estou dizendo que a empresa compactuava, mas, às vezes, tolera essas coisas: *"Não é na minha área, não tenho nada a ver com isso"*. Mas, o senhor dizer para nós que não tinha conhecimento, eu não acredito.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nobre Deputado, por conceito e por instituição, nós não compactuamos com esse tipo de coisa e nós não conhecíamos, tanto é que...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Eu não estou dizendo que o senhor compactua, mas que o senhor... Eu estou querendo colocar que o senhor, na minha visão... Eu não fui lá...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - ...mas, na minha visão, eu acho que o senhor tinha conhecimento da existência dessa boate.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Então, eu estou aqui...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mesmo que estivesse fora do perímetro da obra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nós não tínhamos conhecimento dessa boate, tanto é que eu digo ao senhor o seguinte: o trânsito de todos esses órgãos, essas entidades, ninguém percebeu essa instalação da boate. Se você passar lá, é uma construção como outra qualquer existente na região. Não tem nada que você... Se algum fazendeiro for fazer uma casa ou uma instalação, ele vai fazer igualzinho àquela, como está sendo feito.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A Polícia Militar do Estado de Goiás também faz policiamento na área? Do Pará. Ela tem acesso à área, ela faz policiamento dentro da área da obra?



O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - A via é pública. Se a polícia assim decidir, ela tem acesso ao local, como qualquer outra pessoa.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E o senhor sabe me dizer que distância existe entre a boate e a presença de autoridade policial, destacamento, delegacia? Fica distante, fica próximo?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Vitória do Xingu e a cidade de Altamira.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O senhor sabe dizer a distância?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Altamira, 50, 55 quilômetros. Vitória do Xingu, uns 80 quilômetros.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Os trabalhadores moram dentro do canteiro. É isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Tem acampamentos, como o senhor mostrou, com ar-condicionado, boas condições, segundo o senhor mostra aí?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, são 22 mil pessoas que moram dentro. Inclusive as que são do Pará moram lá dentro?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não. Os de Altamira moram em Altamira.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Como é que é, senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Os de Altamira, que têm residência em Altamira, quer dizer...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Quantos moram lá, efetivamente, dentro...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Seis a sete mil trabalhadores residem em Altamira.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Onde tem gente, tem confusão, pode haver desentendimentos. Nesse caso aí, a polícia, como é que é feito isso, quando há alguma... Já estou fugindo um pouco, mas para entender como é que funciona esse negócio.



O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nós fazemos, nós atuamos como qualquer empresa situada na região. Se tivermos algo que fuja do nosso controle, nós vamos buscar...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Na outra obra de que o senhor falou para a Deputada Flávia, também houve esse caso de boate nas proximidades?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não. Não temos conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Não houve, ou o senhor não tomou conhecimento?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não tenho conhecimento disso, senhor.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado Severino.

Deputado Luiz Couto. Depois está inscrito o Deputado Francischini, depois a Professora Dorinha, depois o Sibá Machado, depois o Deputado Jordy, depois o Deputado Miriquinho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, é importante, Sr. Presidente, destacar que o decreto, que a resolução da Agência Nacional, da ANEEL, primeiro autorizava e declarava de utilidade pública para fins de desapropriação a área específica, definindo os perímetros e aqueles itens que são colocados. Agora, diz também que essa área deverá ser fiscalizada pela Norte Energia S.A., destinada à implantação da unidade hidrelétrica de Belo Monte, promovendo sua gestão patrimonial.

O senhor disse que essa área não está dentro da área que foi desapropriada, que é uma área de propriedade particular.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E diz também aqui, na nota que vocês publicaram, a Norte Energia e o Consórcio, o item I diz o seguinte: *“O referido imóvel funcionava em uma chácara da zona rural daquele Município”*. O Município de Vitória do Xingu, Pará. E diz assim: *“De propriedade particular desconhecida e distante cerca de 20 quilômetros da área da obra mais próxima”*.



A empresa procurou já identificar a quem pertence essa propriedade particular? É importante para... Porque, no mapa que um *blog* chamado Amazônia, um *site* publica, coloca que ela estaria bem próxima dali. Quer dizer, para eles seria a área toda, seria a área que foi desapropriada para utilidade pública para a instalação daquela empresa de hidrelétrica.

Era bom que o senhor pudesse esclarecer isso aí.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - O.k. DUP não desapropria. Ele dá a possibilidade de você desapropriar em função da necessidade. Ele declara a utilidade pública, ele não desapropria. E a Norte Energia, em função da necessidade das obras, vai fazendo as concessões. E, aí sim, fazendo as indenizações e adquirindo as propriedades. Aí passa a ser dona da propriedade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Agora, como havia isso de que essa área pertencia ao Consórcio...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Ela estava fora do DUP.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vocês dizem na nota: é uma área particular, um terreno particular, de propriedade desconhecida. Eu pergunto se nesse tempo vocês já identificaram a quem pertence essa área, para tirar inclusive essa dúvida.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - O.k. Inclusive, a Norte Energia tem esse cadastro e poderá enviar posteriormente a vocês. Podemos anotar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Eu gostaria, inclusive, que fosse colocado o mapa dizendo o que é área específica do consórcio que atua e as áreas que estão ao redor.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, é importante esse mapa também, para a gente comparar inclusive com o mapa que foi apresentado, dizendo que é o mapa onde está toda a unidade...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Bem claro, onde são os limites. O.k.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo, o senhor diz: *“O acesso ao imóvel era possível por intermédio de uma via pública de fácil circulação, sem que fosse necessário transitar por qualquer área sob o controle do CCBM ou da Norte*



Energia.” Aí tem uma informação que foi prestada pelos membros que foram lá de que eles tiveram que se identificar numa porteira que tem. Essa porteira é uma porteira para a área da hidrelétrica ou é para a área que fica próxima?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - É na guarita de orientação para as pessoas que vão cruzar o canal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que vão cruzar o canal?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Que vão cruzar o canal. Porque esse acesso cruza o canal e segue em frente. E é importante deixar claro também que a 28 quilômetros — esse é o Travessão 27, o quilômetro 27 da Transamazônica —, no quilômetro 55, tem outro acesso que passa totalmente por fora e chega também ao estabelecimento, onde está localizado, edificado o estabelecimento, sem passar por nenhuma área.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sai da Transamazônica e...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ainda a nota que vocês publicaram diz o seguinte: *“No momento da ação policial que interditou o estabelecimento e prendeu dois suspeitos não foi constatada a presença de funcionários pertencentes aos quadros da Norte Energia ou do CCBM”*. Ou seja, nessa área da boate não tinha a presença de seguranças ou contratados ou da empresa que vocês representam?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra questão que eu gostaria de perguntar é... De fato, pelas informações prestadas, lá era frequentado por funcionários dessas empresas que trabalhavam lá, que saíam e iam para lá, e também gerentes. Fala-se de gerentes também. E essas coisas correm na vida: *“Olha, lá tem uma boate”*. Então, o fato de saber que existe uma boate... Como também o número de casas de prostituição em Altamira: segundo a informação, com a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, dizem que isso cresceu e que todas as semanas chegam moças na faixa de 20 anos perguntando a localização desses estabelecimentos e interessadas em aproveitar a oportunidade para lucrar com a presença dos milhares dos novos habitantes. Ou seja, uma cidade que tinha uma população... Atualmente, Altamira está na faixa de 145 mil pessoas. Tinha 99 mil em 2010.



Mas aí é o seguinte: Se tem um crescimento do número de casas de prostituição em Altamira, com certeza, naquela região, crescem estabelecimentos.

Você diz que não tinha conhecimento dessa boate...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não. E nenhum registro naqueles instrumentos todos que disponibilizamos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nenhum registro de denúncia nenhuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outra questão.

Quando vocês tomaram conhecimento dessa interdição, dessa ação da polícia, qual foi a ação do consórcio no sentido de chamar a atenção daqueles que lá trabalhavam nessas casas de prostituição daquela região?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Com relação aos nossos funcionários?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Como nós mostramos aí, de 18 a 23 de março, quando já estava programada, como é feita anualmente, nós aproveitamos essa semana toda para reiterar e voltar a falar com os nossos funcionários sobre essa preocupação do CCBM de os nossos funcionários não frequentarem, de usarem os recursos disponíveis no canteiro para se formarem e se capacitarem melhor, e fazerem seu tempo útil dentro da obra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Se fossem à cidade... Obviamente eles têm o direito de ir e vir...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você disse que esse consórcio... Além da empresa de vocês, que outras empresas foram contratadas? Você tem a relação das empresas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Temos. Podemos encaminhar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Poderiam encaminhar.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - São quase 100 empresas subcontratadas conosco.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E também do pessoal que é da própria empresa e do que é terceirizado, que vocês contratam também?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Isso. Os princípios e a cultura são únicos para todos eles.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Além do mais, Sr. Presidente, ele já prometeu que vai encaminhar um mapa definindo a área em que o consórcio atua...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - E a relação das empresas que prestam serviços conosco. Correto?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sr. Deputado Luiz Couto, eu queria passar a palavra agora ao Deputado Francischini, para suas considerações.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, cumprimentando o nosso convidado, mas convocado, queria perguntar primeiro ao Sr. Antônio Carlos qual formação profissional dele e onde ele trabalhava antes de trabalhava com os consórcios. Qual a experiência profissional do senhor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Ao longo do tempo, eu já fui funcionário da PETROBRAS durante 13 anos. A minha formação é engenharia mecânica, minha especialidade é em gestão...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Na área de segurança?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - ... segurança, qualidade e meio ambiente, são especializações que eu as possuo. E antes de vir pra cá diretamente, eu estava em Estreito, na obra de Estreito, da Hidrelétrica de Estreito. Passei pela Refinaria de Salvador e vim pro Consórcio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Todos na mesma área, doutor?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Todos na mesma área.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor tem um gerente de segurança lá na obra?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Esse gerente de segurança tem formação profissional na área de segurança?



O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - De segurança, tanto de segurança no trabalho, quanto de segurança patrimonial.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Tem histórico fora de entidades privadas?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Por exemplo, é um ex-policial?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É um ex-policial?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Policial.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Então, a minha pergunta... O senhor já entendeu a minha pergunta. Eu sou Delegado da Polícia Federal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Ele é proveniente do Exército Brasileiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Não é possível passar por um portão com controle de acesso pra passar, e o gerente de segurança do senhor não lhe ter comunicado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sem dúvida, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Principalmente que eu queria mostrar pro senhor uma foto que eu peguei aqui na Internet, a foto da fachada da Boate Xingu. Uma faixa de 6 metros de comprimento por 1 de altura. Eu vou ler pros meus nobres companheiros: *"Noite de inauguração. Noite de strip. Boate Xingu. Casa com lindas garotas. Ambiente de fino trato"*. Não é possível que ninguém passou... O senhor vai todo dia trabalhar lá em Belo Monte, ou não?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim, é o que eu estava explicando. Nós passamos... Nós temos um grupo de trabalho. Dez por cento apenas transitam nesse trecho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sei.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - E são de ônibus que vão ponto a ponto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Mas o senhor passa naquele trecho de vez em quando?



O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não, nós não, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - E o gerente de segurança do senhor passa ali?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Passa, mas essa faixa que está escrita aí, que pelo menos eu desconhecia essa foto...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Está nos *blogs* que denunciaram.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Então, deve ter sido colocada no dia da inauguração. Desconheço. Não tenho conhecimento disso. Mas todos que transitavam, todas essas entidades que a gente coloca pra vocês que transitam, que foram à obra, que visitam a obra... Constantemente nós recebemos visitas. Ninguém...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Eu acho que a primeira...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Porque não se tem visibilidade de nada no local.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É, uma faixa desse tamanho, e o gerente de segurança, a empresa de segurança não comunicar. O senhor tem que demitir ele logo na chegada...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ... na volta a Belo Monte, porque o cara tem experiência na área de segurança. Eu sei que o senhor tem milhares de afazeres. Mas eu não quero responsabilizar o Consórcio, de jeito nenhum, pelo que aconteceu. Isso é segurança pública e envolve... Mas eu acho que a omissão de ter ciência de que existia uma casa de prostituição e, o mais grave, lá dentro uma menor de idade de 16 anos que estava em cárcere privado, isso é muito grave. E eu acho que serve, porque o senhor já passou por várias obras, grandes obras, e a gente vê se repetirem os mesmos feitos. Pode a CPI não ter identificado em obras anteriores, e eu posso estar extremamente enganado, mas, com certeza, em volta... Eu peguei, no começo da minha participação, da minha carreira na Polícia Federal, os garimpos na mesma região. Em todos eles, a história é a mesma: casas de prostituição, menores abusadas sexualmente. Então, se não houver uma padronização pelos consórcios, pelo poder público, que contratou a



construção da Usina de Belo Monte, nós vamos ver se repetir isso todas as vezes, e novos diretores, presidentes serem convocados, e nós vamos continuar assistindo. Eu acho que, independente de aquela área, Deputado Luiz Couto, já estar sob controle e fiscalização, a partir da hora em que tem uma guarita, mesmo que seja de orientação, e passa por ali, quem está passando está sob segurança, sob fiscalização do Consórcio. Se acontecer um acidente porque ela não foi orientada na transposição do canal, com certeza, colocando alguém para orientar, porque ele vai ser responsabilizado e vai ter uma indenização da construtora. Então, eu acho que aquela área é uma área que a tua segurança tinha que ter identificado e te alertado dessa situação.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Nobre Deputado, eu gostaria só de reiterar que a área sobre a nossa, sob a nossa segurança e orientação é área de transposição do canal. Depois continua acesso livre às propriedades.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É. Eu finalizo, Presidente, deixando o meu registro, como da maioria dos membros. A área de segurança... Não estou falando do diretor, quero deixar bem claro isso. Mas a tua área de segurança falhou. Não é possível um profissional da área de segurança que, dentro da área de influência ou de orientação... Depois, uma guarita... Uma faixa desse tamanho com uma inauguração. Como disseram, 6 ou 7 mil homens morando ali... Imagina uma casa de prostituição com 20 garotas novas que chegaram, levadas por uma *van*, viajando do Rio Grande do Sul. Isso é um fato que gera um grande... Então, se a área de segurança não tem uma inteligência para identificar, como aconteceu em Jirau, uma depredação enorme que destruiu tudo... Dizem que dias antes já se sabia o que ia virar lá a obra, por problemas envolvendo fatos alheios ao que a gente está debatendo. Mas a área de segurança está falha numa grande obra como essa, que envolve investimento de bilhões de reais do nosso País, Presidente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - É, eu acho que, como o objetivo aqui é buscarmos ações de melhoria e de prevenção, assim como nós implementamos esses programas de grandes obras pela infância, como vocês viram aqui, o tema era comum, né? Nós estamos começando. Acho que vale a pena esse seu...



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Funciona celular lá? Eu esqueci.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Funciona.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Lá na região pega celular?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Dentro dos canteiros, sim, porque nós temos as nossas antenas, né? O.k.? Acho que vale a pena nós fazermos a anotação por melhoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Francischini e Sr. Antônio Carlos Oliveira, pelo esclarecimento.

Passo a palavra agora à Prof. Dorinha, Deputada Dorinha Seabra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Presidente, a Relatora, agradecer a presença do Sr. Antônio Carlos aqui.

Eu acho que o que foi exposto pelo senhor, a gente que acompanha outras obras — eu sou do Tocantins —, eu sei que o conjunto de realização está claro. Mas também eu acho que... Eu faço parte também da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e pelo menos o que a gente acompanha é que acompanha as grandes obras toda essa estrutura de exploração, de prostituição, ela vem seguindo as grandes obras no Brasil. A gente não pode fazer de conta que não existe, porque, se existe algum problema pra não ser cuidado, é se a gente faz de conta que ele não existe. E ele existe, ele é concreto. Todo o mundo faz vista grossa.

Na nossa discussão da CPI da Exploração, inclusive chegou a surgir que seja colocado, dentro das condições pro processo de exploração das grandes obras, que sejam responsabilizadas as empresas que assumem as grandes obras, porque a gente não pode fazer de conta...

Essa foto que o Deputado mostrou na Internet, ela está no material que nós recebemos. Então, se isto aqui não era de conhecimento, eu tenho até medo de quem está realizando a obra, porque é um nível de informação e despreparo muito grande. Agora dizer que isso não era acordado, que existia uma condescendência acompanhando as grandes obras, pode até acontecer. Eu acho que tem negligência. Nós podemos aprimorar o processo legal, as responsabilizações, mas fazer de conta



que não existe ou de que não tinha conhecimento, eu sinto muito, mas eu não posso acreditar, nem quero acreditar, porque senão seria uma incompetência muita grande de quem acompanha a segurança pública do Estado, do Município e dos empreendedores. Eu não posso acreditar que era desconhecido!

Na CPI da Exploração, nós temos mais de duzentas rotas internas e, dentro dessas rotas, elas acompanham as grandes obras. Existe uma permissividade, quase que uma... Aceita-se porque, em virtude de uma maior segurança, diversos depoimentos dizem do estresse, do distanciamento das famílias. Então, assim, eu acho que existe, é concreto. Não estou dizendo que existe uma combinação ou que os empreendedores assumem claramente, mas que a gente precisa, juntos, poder público e os empreendedores, encontrar alternativas para proteção das nossas crianças, dos jovens, e a situação de exploração eu não posso crer que não existe.

Os documentos que eu tenho aqui também, Presidente, não dizem que há fora da área. Não foi negociada a área, mas existem áreas vizinhas que já foram negociadas. Então, assim, eu tenho essa dúvida, porque está nos papéis que eu recebi. E acho que existe, no mínimo, omissão — no mínimo, omissão! E eu acho que, no processo de concessão das grandes obras, não estou dizendo em específico da Norte Energia, mas o processo de concessão tem que parar de fazer de conta que não acompanha as grandes rotas toda uma estrutura paralela, que inclusive não está ligada diretamente à obra, mas que vem junto. Isso a gente sabe. Isso no Tocantins aconteceu, em Luís Eduardo, em Salvador, em Peixe, no Estreito. Isso acompanha as grandes obras. Eu acho que nós podemos, juntos, encontrar alternativa. Não dá para fazer de conta que a gente não sabe o que estava acontecendo ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Na verdade, se me permite...
Permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não. Claro.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Quando nós falamos aqui que não conhecemos, é esse caso, é essa casa, em si. A situação no País, como um todo, os programas que nós implementamos é porque nós estamos trabalhando contra isso, o Programa Grandes Obras pela Infância, são programas em que as



grandes obras... Tanto pra preservação, para a consideração do seu funcionário, como na comunidade. Isso é um programa implementado em Altamira, né? O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O Deputado Sibá Machado com a palavra.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, eu também conheço um pouco a região aqui do Estado do Deputado Miriquinho e de V.Exa. Morei lá em Altamira 8 anos e posso afirmar que é uma região de muita violência, de muita dificuldade. Eu morei lá nos anos 70 e até 1986. Mas aqui o assunto que nos traz é saber se a empresa tem algum tipo de participação ou não no episódio que aconteceu e que chamou a atenção de muita gente. Foi largamente divulgado.

A primeira coisa que eu queria ver é se o Dr. Antônio Carlos tem esse mapa aí para apresentar no vídeo...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - No vídeo, não.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - ... que é onde está... Nas imagens aí, onde estão as localizações, as linhas por onde passam as vicinais, onde têm os acessos, pra gente dar uma localizada...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Em vídeo não, mas nós podemos deixar uma cópia aqui pra que a pessoa possa...

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Não tem aí? Mas está aí. Então, tem aí o mapa de localização onde passam as divisas dessa área pretendida como possível de desapropriação e as áreas de acesso, as vias de acesso.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Podemos disponibilizar esse mapa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Seria importante, pra poder dar uma olhada e tal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - O.k. Então, esse é mais um documento que a gente vai disponibilizar.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - A primeira pergunta, que é essa de dizer...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Não, é o outro, é o com mais detalhes. Uma resolução maior.



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - A primeira pergunta, que é essa de dizer se estava dentro ou não dos limites, está fora, então. Essa pergunta está devidamente respondida.

A outra é quando fala se teve ou não teve omissão, se tinha conhecimento do fato, de uma casa como essa em pleno funcionamento. E, como tal, se houve falha na segurança, não houve comunicação, se não houve uma denúncia, por que não houve essa denúncia.

Eu só queria estender, então, que, por todos os órgãos que já foram apresentados aí por V.Sa., sobre os órgãos competentes para a área da segurança pública, para a área de combate a qualquer tipo de crime, principalmente esse tipo de crime, se essa foto, que foi pra Internet, mostra que houve uma inauguração, a noite da inauguração aqui, então, como é que também a Polícia não sabia, a Polícia Civil, a Polícia Militar, os Conselhos de todas as naturezas? Como é que essa plêiade de organizações, que tem competência direta sobre esse assunto, já que não estava dentro da sua jurisdição também, não era da sua competência direta, não é uma cobrança vinculada à empresa, à construtora em si?

Eu queria fazer essa pergunta agora pros órgãos obrigatoriamente responsáveis por uma situação como essa. Porque, se houve inauguração divulgada, então, onde estavam a competência e a inteligência da Polícia Militar, da Polícia Civil, das demais instituições que são obrigadas a estar de olho nessas coisas? Porque é claro que uma empresa, que uma obra — deixo a empresa de lado —, que uma obra dessa magnitude vai sempre atrair pessoas das mais diferentes naturezas. São pessoas que vão pra lá procurando os mais diferenciados meios de ganhar alguma coisa a mais. E sempre foi assim na Transamazônica, quando na abertura da estrada; sempre foi assim na abertura das grandes fazendas.

Eu acompanhei *pari passu* a construção da Tucuruí, e era um modelo completamente diferente do de hoje, Sr. Presidente, da filosofia de construção de obras dessa magnitude. A história no Brasil de grandes obras é muito ruim. Eu concordo com isso. Eu convivi com uma realidade de Tucuruí que era completamente de costas para as questões ambientais, sociais, trabalhistas, etc., etc. Era uma situação completamente avessa ao que a gente tem hoje, de ver uma



empresa hoje que está preocupada, inclusive, com o 0800, para poder emitir determinadas denúncias.

O que eu quero entender é que, dada a cobrança que nós estamos fazendo neste exato momento sobre a gerência da empresa, poderíamos remetê-la imediatamente aos órgãos da competência, mas fazendo uma referência à empresa. Então, por estar muito na proximidade, olho vivo inclusive em fatos que possam vir a prejudicar tanto a imagem, como o próprio andamento de uma obra dessa natureza. Porque eu acompanhei os fatos que ocorreram no Rio Madeira. Embora foi vendida a imagem para o Brasil de que era um problema trabalhista, na verdade, o problema era de outra natureza, completamente alheio a isso. Os interesses eram outros. Os interesses que nasceram naquela situação foram políticos: de ataque ao Governo, de uma obra de alta importância do Governo. E tinha ali o interesse de paralisação de obra, que poderia se estender às obras também da Copa do Mundo e a outras grandes obras de interesse do atual Governo.

Então, eu queria apenas, a título de recomendação, vendo o mapa que eu vi aqui... Eu fui já visitar *in loco*, e fui incógnita, eu não avisei a ninguém que iria a Belo Monte e fui sem avisar ninguém. Fui pegando a forma de poder chegar lá, pra eu poder perceber se o andamento das obras lá estava dentro de alguns critérios que a gente defende. E fui completamente fora de qualquer recomendação desta Casa, de qualquer Comissão ou de qualquer outra natureza. Fui por pura curiosidade que eu tenho de acompanhar elementos dessa natureza. E digo pra V.Sa. que, no andamento que eu percebi lá, está completamente dentro do *script* o que V.Sa. apresentou aqui nesta Comissão. Aconteceu um fato? Aconteceu um fato. Está sendo atribuída à direção da empresa a competência do fato? Eu quero admitir que, neste caso, vamos admitir a competência imediata dos órgãos de inteligência. Agora, fazendo uma recomendação: daqui pra frente, saiba que tudo o que estiver nas cercanias é também de interesse da segurança aqui — dialogando com o Deputado Francischini —, que é de competência da inteligência da segurança também da empresa, porque determinada situação acontecendo ali nas proximidades trará, inevitavelmente, notícias desagradáveis e até outras complicações.

Essa é a minha sugestão e que pudesse disponibilizar o mapa pra todos.



O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - O.k. Será disponibilizado. O mapa será disponibilizado depois por meio eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só uma pergunta: este mapa aqui é o mesmo que V.Exa. tem, Deputado?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - É o mesmo.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Eu não sei. Eu estava com um aqui. Deve ser o mesmo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - É o mesmo mapa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O mesmo mapa.

Não, só pra explicar.

Eu estou inscrito aqui, em seguida o meu conterrâneo, Deputado Miriquinho Batista, que também conhece bem a região. Eu queria aqui, primeiro, esclarecer alguns aspectos. O Deputado Asdrubal já teve que sair, eu já fiz o esclarecimento a ele de forma particular, mas me sinto no dever também de externar a todos aqui.

Nesta audiência aqui, o objetivo não é apenas, eu creio, culpabilizar ou responsabilizar de forma dolosa quem quer que seja, muito menos a empresa. Seria, a meu ver, Deputado Couto, uma insanidade desses Deputados achar que uma empresa do porte da Norte Energia, o complexo de empresas construtoras de Belo Monte, dolosamente, de forma premeditada, tenha implantado um bordel, com presença de menores, ao arripio de vários aspectos do ordenamento legal, simplesmente pra atender aos desejos, às lascívias sexuais dos seus trabalhadores. É evidente que não é por aí. Não se trata disso.

Quer dizer, abordar o debate nessa direção é uma simplificação grosseira, a meu ver. Nós não estamos aqui pra isso. Talvez nem merecesse a propaganda que foi feita aqui durante os 20 minutos, ou 25 minutos, porque nós, principalmente da região, eu, o Deputado Sibá, o Deputado Miriquinho — o Deputado Luiz Couto é lá de perto —, o Deputado do Maranhão, nós sabemos o significado dessas coisas pra uma região que sempre viveu à margem do desenvolvimento do Brasil. O que nós não queremos é que se reproduza o *modus operandi* do que nós já vimos várias vezes, inclusive em Tucuruí. Até hoje tem gente do MAB, do Movimento dos Atingidos por Barragens, 30 anos depois de Tucuruí, Deputado Sibá, brigando atrás da ELETRONORTE por uma cesta básica e um *kit* antimalária. Hoje! Hoje! Hoje!



Um dia desses, uns anos atrás, 3 ou 4 anos atrás, o líder do MAB, o Roquevan, estava sendo perseguido pela Polícia porque ameaçou detonar uma turbina, sei lá, alguma coisa assim. Foi matéria nacional. Isso gerou uma certa... Foi cassado como bandido pela Polícia, e era, evidentemente, uma encenação pra tentar abrir uma negociação com a ELETRONORTE em função dos pleitos, das demandas, que são de 30 anos atrás. E eu não estou aqui falando do passivo ambiental, humano, etc. e tal.

Então, nós temos a obrigação de tentar reduzir esses passivos, que são quase que inevitáveis! Esse episódio do Xingu, na minha opinião, foi a tragédia anunciada! Não se pode imaginar uma região que tem 100 mil habitantes, em 7, 8 meses, recebe o fluxo migratório de 38 mil pessoas, segundo as avaliações mais modestas; algo que deveria acontecer em 10, 15, 20 anos em 7 meses, uma explosão demográfica. E a logística, a estrutura, os equipamentos sociais, tudo continua o mesmo, inclusive com redução, como foi o caso da Polícia Federal e Estadual, nos dito lá em audiência pública, na presença dos Deputados, na minha presença, na presença do Deputado José Augusto Maia, Deputado Cláudio Puty, pela Delegada da Polícia Federal. O efetivo da Polícia Federal de 8 anos atrás era de 32 efetivos; hoje, são 15. Menos da metade.

Inclusive, na audiência com o Ministro José Eduardo Cardozo — vários Deputados aqui estavam presentes —, isso foi constatado. E ele, inclusive, pediu o apelo desta Casa para que a gente agilizasse o projeto de lei que está tramitando e já foi aprovado, já por conta... A Deputada Flávia se empenhou, outros Deputados se empenharam nisso, para fazer a bonificação de atividade em fronteira, em situações inóspitas e de risco para esses profissionais, porque o custo de vida em Altamira explodiu, e esses servidores federais estão pagando para trabalhar praticamente, segundo depoimento que nós ouvimos lá dos próprios. Na Polícia Civil também.

V.Exa. conhece Altamira, Deputado Sibá. Hoje, tem índio de 12, 13 anos bebendo nas esquinas às 11 horas da noite, na mendicância, pura mendicância. Nós precisamos fazer alguma coisa! Todos nós! Independente de empresa, independente de governo, independente de empresa, todos nós temos a obrigação civilizatória de fazer alguma coisa, de não ver essa banda, esse filme se reproduzir



com o mesmo *modus operandi*. É o que nós estamos vendo. As condicionantes que foram pactuadas por todos, Governo do Estado, Governo Federal, empresas, segundo os depoimentos que estão aí gravados na CPI de toda a ordem, de gente da Oposição, do Governo, de todo mundo... O enredo, ali, a música foi tocada de forma uníssona: as condicionantes não foram cumpridas em nem 25% do que foi acordado e evidentemente que a tragédia se apresenta — não tenha dúvida — como essa.

Só para a gente entender, eu queria só fazer duas perguntas. Eu também não acredito. Viu, Dr. Antônio? O senhor me desculpe, com todo o meu respeito. Não estou dizendo que o senhor aqui veio pra... Mas eu não acredito que... E aí não vou dizer que é o senhor, ou o diretor "a" ou o presidente, mas eu não acredito que o CCBM, o complexo de empresas de Belo Monte, não tivesse conhecimento dessa boate. Porque é o primeiro depoimento de todas as autoridades que nós ouvimos, aqui e lá, que diz que não tinha conhecimento. Isso foi em público. À inauguração dessa boate compareceram inclusive autoridades, servidores das empresas. E eu não vou aqui revelar nomes que estão aqui no depoimento do Ministério Público e da Polícia Federal. Isso era de conhecimento público.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não dá... Pois não.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - A pergunta que faço a V.Exa.: que autoridades? Autoridades?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Autoridades que eu digo autoridades: Vereadores, empresários. Eu estou lhe dizendo... Claro!

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Mas eu fiz essa pergunta exatamente para poder levantar minha sugestão. Como é que a autoridade pública imediatamente responsável participa do evento? Nós vamos culpar quem agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro! E me associo à preocupação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - É um negócio complexo isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Sibá, eu não estou aqui numa visão maniqueísta entre o bem e o mal. Eu acho que todos que têm responsabilidade têm que responder, seja do Município, do Estado, do Governo



Federal, da ONU, seja de onde for, Deputado da Oposição, do Governo. Eu não estou discutindo sob essa ótica. Essa ótica é uma redução, me parece que empobrecedora do debate. Não é isso o que se está discutindo. Nós precisamos encontrar, todos, uma forma. E eu quero dizer que esta CPI já aprovou uma audiência com a Ministra do Planejamento. A CPI presidida pelo Deputado Cláudio Puty, aprovou do mesmo jeito, porque isso nós combinamos lá ainda em Altamira, com o Deputado José Augusto, a Comissão de Parlamentares. E o Deputado Cláudio Puty é do Partido dos Trabalhadores, é Presidente da Comissão de Orçamento, uma pessoa influente, vinculada ao Governo. Nós não estamos discutindo sob essa ótica. Nós estamos discutindo que é preciso fazer alguma coisa em benefício daquela população com que V.Exa. e com que todos aqui temos compromissos. Independente de responsabilidade, que tenha que apurar onde doa, doa a quem doer, como se diz.

O Decreto de Desapropriação de Utilidade Pública, que está aqui, o Decreto de Utilidade Pública do dia 05 de março de 2011, que define, para fins de desapropriação — não quer dizer que toda área esteja desapropriada, ela é objeto de desapropriação; ela é sujeita à desapropriação, ela pode ou não ser materializada como desapropriação, desapropriação que pode ser, inclusive, de interesse social, com valores questionados inclusive na Justiça, porque essa prerrogativa o Governo tem, daquilo que é de interesse social. Essa área da boate está dentro dos 3 mil e 536 hectares, 25 ares e 87 centiares. Está dentro. Não é possível, inclusive, estar fora. A área que foi... Toda esses 3 mil que estão sob objeto de desapropriação... Só para os senhores terem uma ideia, nesse mapa reduzido, a Boate Xingu fica no meio da área. É impossível que ela não esteja dentro da área que foi objeto da desapropriação. Pra gente esclarecer esse episódio de vez aqui: essa área da Boate Xingu está dentro dos 3 mil 536 hectares, que foram objeto de desapropriação no decreto da ANEEL, na resolução autorizativa. Nem toda ela... E é possível que essa área, a boate, para a gente botar os conceitos, o pinga nos "is"... Portanto, essa boate... E, na própria resolução autorizativa — na própria resolução autorizativa —, no seu § 2º, diz textualmente o seguinte: "*A Norte Energia deverá fiscalizar as terras destinadas à implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, promovendo sua gestão sócio-patrimonial*". Estou



lendo *ipsis litteris* o que está na resolução autorizativa. É da obrigação, é do dever normativo da empresa fiscalizar as terras destinadas etc. e tal. No mesmo ato normativo.

Repito: isso não quer dizer que a empresa tenha sido promotora dessa baiuca, desse prostíbulo, dessa coisa. Claro, seria um delírio nós acharmos, repito, mas nós precisamos apurar as responsabilidades que estão definidas no ordenamento legal — no ordenamento legal.

Outra coisa que é preciso esclarecer: eu vou ler aqui o termo da manifestação do Ministério Público, que "*declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Norte Energia, as áreas de terras necessárias à implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, localizadas no Município de Vitória do Xingu*". A área perfaz 3 mil e 500 e tantos hectares de propriedade particulares localizadas no Município de Vitória do Xingu, Estado do Pará, necessárias à implantação. Essas áreas todas eram áreas particulares — Claro! —, representadas nos limites dos desenhos intitulados: Canteiro de Obra, Sítio Pimentel, Belo Monte; Canteiro de Obras, Sítio Belo Monte, e engloba a Vila São Francisco, onde o dono da Boate Xingu, Adão Rodrigues, teria arrendado 2 hectares de um morador local.

Portanto, essa área toda de 3 mil e pouco foi objeto do ato de desapropriação, sujeita à desapropriação. Portanto, está previsto no decreto. E esse cidadão foi lá e arrendou de um cidadão, por uma bagatela, porque estava no guarda-chuva, e isso pode ser desapropriado a fins de interesse social, e conseguiu fazer lá...

Esse cidadão já tinha um histórico. Nós ouvimos o Sr. Adão e os quatro presos, até então, que estão no Estado do Pará. Nós ouvimos. O Sr. Adão já tinha sido preso em Rondônia, em Jirau, também, em boate de barragem. Algumas dessas meninas que ele trouxe do Rio Grande do Sul eram meninas prostitutas de barragens. É uma especialidade no segmento, está certo? Desses programas. É uma especialidade. E ele é um especialista nisso. Agenciou. Tem toda a cadeia, a agenciadora, lá de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. Ele já teve, antes de ir para Jirau, boate em Santa Catarina, em área de barragem também. Portanto, não era uma figura desconhecida. Era uma figurinha carimbada, já contumaz nesse tipo de prática criminosa.



Então, eu acho que nós temos que... O que nós temos que apurar, além dessa cumplicidade, desta conivência com a existência de atividades dessa natureza, é procurar evitar que essa cena se reproduza. Um dos objetivos nossos aqui, me parece, Deputado Luiz Couto, é a gente tentar procurar junto às autoridades de toda ordem — federais, estaduais, municipais, empresas, etc. —, todos os implicados, todos os atores, como é que nós melhoramos o cumprimento das condicionantes que já estão pactuadas, no sentido de se reduzir a tragédia social, humana que se abate sobre vítimas nessa história.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E de autoridades sem autoridade. E de autoridades em autoridade, que tem muitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Certo. De toda ordem, no sentido de tentar reduzir os impactos nocivos, negativos, porque, para além de todos os avanços que foram aqui muito bem demonstrados de intenção, para além desse enredo, existe um outro enredo trágico que vitima populações inteiras, menores, mulheres, índios, desempregados. Todos os indicadores de violência, todos sem exceção, no relato da Polícia Federal e da Polícia do Estado do Pará, todos, violência doméstica, violência contra a mulher, droga, homicídio, lesões corporais, menores, tudo, tudo, tudo explodiu. Tudo sem exceção. Então, não é possível que o Estado brasileiro assista a essa história sem dizer: *"Não podemos fazer nada. Isso tem que ser assim mesmo, isso é da natureza do processo. O desenvolvimento, os 10 milhões de megawatts de energia que vão ser produzidos, isso tudo sepulta os demais interesses que estão em jogo e essa tragédia num país que tem a 7ª economia do mundo"*. Está certo? Acho que nós não podemos nos confortar com essa situação e devemos procurar as autoridades no sentido de tentar minorar essa tragédia que se abate sobre essa população.

Com a palavra o Deputado Miriquinho Batista.

O SR. DEPUTADO MIRIQUINHO BATISTA - Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, Deputada Flávia Moraes, Relatora, Srs. Deputados, Deputadas, convidado aqui, Dr. Antônio, eu já... Depois de a gente ouvir tanto, a gente vai mudando o que falta ou o que a gente pode contribuir nesse processo.

Primeiro, eu acho que é claro para todos aqui que qualquer projeto de uma envergadura dessas acaba indo para lá gente que faz o comércio lícito e ilícito. Lá



deve ter venda de droga, lá deve ter mil coisas que a gente não pode se permitir que isso aconteça. Depois, na minha análise aqui, quando é para implementar um projeto como esse — e aí nós não vamos pegar apenas a questão de hidrelétrica. Qualquer um. Você vai ali a qualquer porto brasileiro, bem perto, você tem prostíbulo lá. Se você for, em qualquer grande investimento você tem isso. Então, aqui a questão é como resolver isso.

Primeiro, para se instalar, tem todo um estudo, impacto ambiental, todo um estudo, e parece que a gente não se preocupa com o cidadão e com a cidadã que vão para lá. Então há uma exigência nossa, de nós mesmo, nesse processo de instalação de qualquer investimento ou de qualquer grande projeto que a gente possa estar fazendo também esta relação e construir condições dignas para que não mais aconteça isso.

Imagina, Deputado, a gente ver uma placa dessas! Para ter qualquer evento tem que tirar licença na polícia ou não tem? Ou será que não teve licença da Polícia Civil? Deve ter ocorrido. Então, se deve ter ocorrido, como é que a Polícia Civil ou qualquer outro que deu uma licença dá uma licença sem ir ao local onde vai funcionar? Sim, se é toda essa falta de condições, como foi relatado aqui, as condições como funcionava, como as coisas aconteciam, as pessoas que ficavam lá, inclusive em condições desumanas, como é que a Polícia Civil dá uma licença para funcionar um negócio desses? Então, acho que é um complexo geral que a gente pode trabalhar nesse sentido da segurança. E aí é envolver todo mundo mesmo, empresa, Polícia Civil, Estado, federal, Município, porque a gente não pode mais conviver. Eu acho que a questão é esta: é de convivência com uma situação! A empresa, ela trata — e mostrou aqui o quanto cuida —, orientando inclusive essa questão da violência contra a criança e tal, e a gente percebe que é muito pouco. É importante, é fundamental, mas é muito pouco. Se a gente for ali a Tucuruí, que vai completar agora 33 anos aquela hidrelétrica, bem próximo, você ainda tem os prostíbulos lá. O porto de desembarque de pescado chamado 11. É só ir lá. Há 33 anos concluído o projeto, a hidrelétrica de Tucuruí.

Então, acho que a questão é maior. Nós temos que começar a pensar não apenas que tudo isso é importante, questões ambientais, mas também a gente tem que pensar no cidadão, na cidadã que para lá vão, e a gente pode ter condições



melhores inclusive para poder sobreviver. E, aí, é no agronegócio... Enfim, eu peguei o exemplo dos portos, mas hoje aonde você vai esse comércio não pode prosperar. Nós temos que dar um basta nisso pra gente evitar situações como essas. Então, eu acho que é, eu diria até, é uma cumplicidade quase que total da sociedade. Quase que total, se não é total da sociedade. Então, a gente precisa dar um basta nisso para ver qual é o caminho. Aí é um processo coletivo para resolver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Severino.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, eu quero voltar rapidamente e colocar aqui para os colegas que não são da área do direito que no Brasil a prostituição não é crime. A mulher se prostituir não é crime. Agora, manter a casa de prostituição é crime. Então, lá se colocou uma faixa: inauguração da Boate Xingu. Boate é uma coisa, lenocínio é outra coisa. Boate é um local para ir lá dançar, tomar uma cerveja. Agora, lá não era uma boate; era uma casa de prostituição, lá se cometia um crime de lenocínio, que é explorar mulheres para o sexo mediante pagamento, lucro.

Então, Sr. Presidente, a gente tem, se é para aprofundar, ouvir o delegado da cidade, a Polícia Civil, principalmente a Militar, principalmente a Militar, porque a Polícia Militar deve prevenir o crime, e eles não preveniram o crime. O crime ocorria lá à luz do dia, e eles não proibiram a prática do crime, não preveniram. Ao contrário. Se sabiam, toleraram. A gente tem, se é para aprofundar, que ouvir o comando da Polícia Militar da região. A Polícia Civil talvez, porque a Polícia Civil é para apurar o crime, mas também, se tomaram conhecimento e não mandaram fechar... Porque eu conheço cidades lá em Pernambuco que o Prefeito manda fechar, que os Prefeitos mandam fechar casas de prostituição. Não tem alvará. Não tem alvará porque — o Miriquinho falou aqui — a polícia não pode dar alvará... A polícia não. A Prefeitura não pode dar alvará para se praticar crime, então, não tinha, não tinha alvará. A não ser que ele botou que era uma boate e depois...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MIRIQUINHO BATISTA - Exatamente. Então, a gente tem que, se é para aprofundar, chamar... Eu gostaria até de saber do Sr. Antônio — não é isso?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sim.



O SR. DEPUTADO MIRIQUINHO BATISTA - Se o senhor foi ouvido pela autoridade policial quando houve esse flagrante lá. Porque, se uma menor não tivesse denunciado, até hoje continuava lá essa prática criminosa. Não foi a polícia que tomou providência. Depois que houve uma denúncia, o fato tornou-se público, escandaloso, senão nós nem saberíamos o que lá ocorria. Então, eu queria saber se o senhor foi ouvido pela autoridade policial, já que o senhor é o chefe da segurança do setor, e se o senhor coloca à disposição da CPI o seu sigilo bancário e fiscal.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Claro. Sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Para a gente... A gente confia na sua honorabilidade, mas... E ouvir, Presidente, porque, inclusive, para encerrar, o jurista... Eu sou da área do Direito, mas os juristas têm uma criatividade muito grande. Querem acabar com o crime de lenocínio. Ou seja, a comissão de jurista que propôs a mudança do Código Penal quer acabar com o crime de lenocínio, Aí não seria nem crime, porque eles alegam que a corrupção policial utiliza-se disso para ganhar dinheiro. Ora, não adianta ser crime porque a polícia vai lá e pega dinheiro, serve para a corrupção policial. Então, vamos acabar com um bocado de crime: tráfico de droga — ou muitos policiais não usam essa prática para pegar dinheiro? —, jogo do bicho, que é contravenção. Se for para acabar com os crimes, porque tem corrupção policial, vamos revogar metade do Código Penal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, Sr. Presidente, e, aos senhores que foram lá, eu peço para a gente aprofundar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Polícia Civil e a Polícia Militar foram ouvidas lá.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Os responsáveis foram ouvidos lá. Quebrar o sigilo bancário e fiscal deles, Sr. Presidente. Vamos requerer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos.

Deputada Flávia Moraes.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Só para, já chegando ao final, rapidamente, eu preciso... Acho que é muito importante que a gente possa registrar, porque o estabelecimento de prostituição não é crime, mas, num caso desses, é muito grave, o que achei gravíssimo foram as trancas do lado de fora da porta.



Então, ali nós não tínhamos só pessoas que estavam recebendo pela prostituição. Ali nós tínhamos mulheres e jovens escravizados. Não tem dúvida isso, porque dentro, nos quartos, não tinha tranca por dentro; só por fora. Então, isso nos preocupa muito, que um estabelecimento desse nível, tão próximo de uma obra como essa, que é uma obra executada por uma empresa contratada pelo Poder Público, que isso aconteça tão próximo de uma obra dessa forma. Fosse só um estabelecimento de prostituição, é uma coisa, mas, nesse caso, é uma coisa muito diferente. Então, a gente não pode jamais achar que isso pode acontecer e nós não vamos ver, e não vai... Como o Deputado Severino falou, se essa jovem não tivesse fugido de lá, estaria lá até hoje, eles estariam lá escravizados até hoje. Então, é muito grave.

E eu queria fazer um apelo a essa empresa, que reconhecesse a sua responsabilidade de cidadão brasileiro. Cada um que está lá responsável tem a responsabilidade de cidadão brasileiro de estar olhando, observando mais essa situação pra que não aconteça. Eu não quero aqui duvidar de ninguém, mas que não aconteça um caso como esse novamente e a empresa simplesmente diga que não sabia, que não viu, que não era do seu conhecimento. Que a gente possa estar mais atento a esse tipo de estabelecimento nos arredores, sim, da empresa. Mesmo que não seja da sua responsabilidade, mas que possa estar mais atento pra que aconteça dessa forma que estava acontecendo lá. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, nós encaminhamos, inclusive como Presidente da Comissão de Direitos Humanos à época, para a coordenação desses projetos de grandes impactos algumas sugestões, e era que não apenas fosse feita a questão do impacto ambiental, mas também dos impactos sociais de violação, possibilidade de violação de direitos humanos e direitos trabalhistas, e não apenas isso.

Agora, na apresentação, ele fala de diversos órgãos que fiscalizam. Ou seja, é fazer também para que esses órgãos de fiscalização e controle façam de forma permanente essa fiscalização, esse controle, para verificar se há violação de direitos humanos, se há violação de direitos sociais, de direitos trabalhistas. Nesse sentido é importante que nós possamos, inclusive até nesta Comissão, para prevenir essa



questão da... Porque a gente sabe que, quando há um grande empreendimento, além das coisas boas que vão, por trás vai uma ribanceira de gente querendo se aproveitar disso daqui ao arrepio da lei. A gente vê até que, na saída do povo hebreu do Egito até chegar à terra prometida, aconteceu no meio aquela confusão toda, que foi aquela confusão. Então, veja que esse é um processo...

Agora, nós podemos... Inclusive, uma das propostas é que nos grandes projetos que nós possamos não apenas fazer o impacto ambiental, que é exigido, mas os impactos sociais. E isso é possível fazer através hoje de cientistas, da possibilidade das violações de direitos humanos e de direitos trabalhistas, mas principalmente de estabelecer aos órgãos de fiscalização e controle a responsabilidade pelo não cumprimento dessas atribuições.

Nesse sentido, é uma proposta que podemos fazer à legislação que vamos propor. Porque, aí, seria um elemento para que nós possamos também dar um basta a essa questão das redes de exploração sexual, daquelas que são identificadas. Imaginem as outras que sequer foram identificadas!

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Pois não, querido.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Eu falei que manter a casa de prostituição é crime, mas a Sra. Deputada, se não me engano, disse que não é. Então, para tirar a dúvida aqui, eu estou com o Código Penal na tela. É o art. 229: "*Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra a exploração sexual (...) dois a cinco anos.*"

Não sei, se eu não entendi bem, mas lá, além do crime de lenocínio, tem o crime de cárcere privado, talvez... E por aí vai. Mais de um crime. Não é isso, Deputada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esclareço que isso se referia à boate, à existência de uma boate não tem...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Quem vai não! É quem não tem...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora não é mais. Tem assim: casa de festa. Casa de festa. Lá era casa de festa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso é apenas a fachada. Não é, Deputado? Isso é apenas a fachada. A gente sabe, todo mundo sabe que isso não funciona. Quer dizer...

E lá não era problema — apenas para esclarecer — não era um problema apenas de prática de prostituição; era de tráfico humano, de cárcere privado. Essas mulheres não recebiam dos seus clientes, elas recebiam da casa, através de uma conta. Essas mulheres, para comer durante a viagem — isso está no depoimento de todas elas, nos diversos depoimentos que elas fizeram para a CPI, para o Ministério Público, para a polícia, de forma muito segura —, elas tiveram de parar duas vezes durante a viagem para receber, através de depósito bancário, dinheiro para comer na viagem.

Então, elas já chegaram nessa boate devendo hospedagem, roupa, alimentação, transporte e *etc.* e tal. E tudo que elas trabalhavam, o cliente não pagava pra elas, eles pagavam pra a casa. E a casa então fazia o acerto de contas na contabilidade de débito e haver delas. Isso claramente é crime. Isso, não tenha dúvida, é trabalho escravo. Isso é tráfico de pessoas. Pela convenção e por todas as tipificações que se queira. Está certo?

É diferente de uma boate, em que um cidadão, alguém falou aqui, o sujeito vai lá se divertir, dançar um pouco, tomar uma cerveja para esfriar a cabeça. Não é isso! Claro! O fato de terem fechaduras apenas pelo lado de fora, trincos pelo lado de fora. Isso, e como foi dito aqui pelo Deputado, se não fosse essa jovem, fugindo, denunciar para uma conselheira tutelar corajosa, essa coisa não estava visibilizada até agora.

A Deputada Dorinha quer fazer ainda uma colocação.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, Sr. Presidente, eu queria mencionar que nesta Casa tem hoje uma pessoa do meu Estado, a Profa. Zulmira Gonzaga, uma mãe que procura seu filho roubado na porta da casa dela quando ele tinha um pouco mais de 1 ano. E toda a história da Profa. Zulmira mostra a negligência, a ausência e, mais do que isso, a cumplicidade das autoridades que deveriam resguardar o cidadão. E quando eu fiz a minha colocação, eu tentei reafirmar isso.



Eu acho que existem ausências, existem negligências, mas, mais do que isso, existe uma cumplicidade de quem deve dar segurança, garantir segurança ao povo brasileiro. As rotas existem, e nós sabemos delas. Eu acho que nós precisamos — eu acho que esse é o objetivo da CPI — de construir instrumentos para que seja cumprida a garantia da cidadania. Eu tive a oportunidade de ouvir a Presidente do Conselho Tutelar, e realmente existem elementos concretos que mostram que existe negligência, cumplicidade das autoridades que deveriam garantir a segurança das pessoas.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Sibá.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Presidente, eu ouvi atentamente aqui todas as abordagens e posso deduzir o seguinte: ninguém discute que não houve um fato criminoso e que esta CPI já esteve presente lá, já constatou situações. Isso está posto. Acho que, como encaminhamento, a conversa em algum momento poderia estar parecendo: qual é o grau de responsabilidade que a empresa, o CCBM, construtor lá da Hidrelétrica de Belo Monte, que tipo de participação ou omissão teve no episódio?

Por fim, pelo que foi constatado, ele não tinha conhecimento dos fatos. Aí o que agrava, do meu ponto de vista, é o conhecimento e até a participação de alguns representantes da autoridade local. Para este caso é que eu queria chamar a atenção. Eu acho que, como recomendação para o relatório aqui da Deputada Flávia... É que... Sugiro a empresa doravante ter, como orientação desta CPI, e para todas as demais que tiverem uma bagagem de trabalho de responsabilidade de tamanha natureza... Que saiba que, mesmo não estando dentro de sua área de total responsabilidade, mas estando nas áreas de adjacência, qualquer coisa pode imprimir uma imagem negativa e até interdição das obras.

Na segunda parte, qual é o grau de conhecimento que a autoridade local de Altamira tinha sobre esse episódio? E qual foi a reação? A reação, pelo que V.Exa. diz aqui, foi participar da inauguração. Então eu entendo aqui que nós temos que tomar um cuidado, neste momento, é com a participação de quem tinha conhecimento e não deu conhecimento público, não deu o encaminhamento ou



então... Aí não é nem omissão. Eu não sei nem o que eu digo em relação a uma coisa como essa.

Então, para a gente poder ter um fato em que estão as graves responsabilidades... E, como encaminhamento, eu queria sugerir, como orientação, que a empresa saiba que tudo que vier nas suas adjacências pode vir a contribuir negativamente para a sua imagem.

Era essa a contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Não havendo mais nenhuma consideração, eu faculto a palavra ao nosso convocado, Sr. Antônio, para, se quiser ainda fazer algum esclarecimento ou declarar alguma coisa que seja do seu interesse... Por favor, tem o direito de fazê-lo.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, depois de ouvir todos esses depoimentos, esclarecimentos e manifestações, queremos deixar aqui bem claro que o Consórcio, a Norte Energia, irá adicionar às ações que já são tomadas outras com que possamos, de forma clara, prevenir não só no seu canteiro, mas nas áreas de adjacência; ações... E com certeza, vocês poderão verificar isso na imprensa, nos locais disponíveis, nos *blogs*, o que nós iremos fazer posteriormente, o.k.? Muito obrigado. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Antônio Carlos de Oliveira, e a todos os demais diretores e servidores do Complexo Belo Monte e da Norte Energia que estiveram aqui, estão aqui conosco. Agradeço seus esclarecimentos.

Eu vou rapidamente suspender. Nós vamos ainda ter que aprovar... Tem requerimentos. É breve, 10 minutos mais.

Eu faço um apelo aos senhores membros da CPI: que possam ficar por mais 10 minutos para aprovação dos requerimentos que estão em pauta na Comissão.

Muito obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Passamos à deliberação dos requerimentos dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas.

Requerimento nº 97, da Sra. Janete Capiberibe, que *“requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Alexander Soares Fortes da Silva.”*



Quem é o Sr. Alexander? Alguém poderia informar quem é o Sr. Alexander Soares Fortes da Silva?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É lá do Amapá, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, provavelmente, mas...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente, se puder, eu poderia ler a justificativa do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

Deputada Flávia Moraes, então, para nos dar os esclarecimentos. O esclarecimento do Deputado Luiz Couto não foi suficiente.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Daqui a pouquinho eu passo, Deputado Severino.

A representação supramencionada visa apurar a responsabilidade do Sr. Alexander Soares Fortes da Silva por ter concordado com a retirada do pátrio poder dos pais biológicos da criança Jeane Ramos do Nascimento e dos cuidados da avó paterna, Sra. Magali Bandeira dos Santos, colocando-se na situação da guarda provisória da criança em questão.

No entendimento da autora do presente requerimento, que é a Deputada Janete Capiberibe, trata-se de um caso suspeito de tráfico de pessoas, pela forma irregular com que se deu a adoção da referida criança e pelas declarações do juiz, por ter solicitado dinheiro para a devolução da criança aos avós, conforme consta na representação em anexo, motivo pelo qual solicito o apoio dos meus pares para a aprovação do presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Olha, eu queria só fazer uma ponderação. Infelizmente, Deputada, nós não temos, lamentavelmente — felizmente ou infelizmente —, a prerrogativa de convocar juiz. Juiz é titular de outro Poder, isonômico ao Poder Legislativo. Nós não temos essa prerrogativa.

A Deputada aqui sugere a convocação de um juiz.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Transforma em convite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Eu queria que a gente sustasse essa aprovação por hora, pela ausência da Deputada Janete, e que a



gente pudesse sugerir, com a aquiescência da mesma, que isso se transformasse em um convite: ele vem ou não. Mas nós não temos como aprovar, do jeito que está, o texto.

E, pela ausência da Deputada, em respeito à sua ausência, eu peço a aquiescência dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, para que a gente possa sobrestar esse requerimento até uma próxima sessão, em que a presença da Deputada nos ajude a fazer esse encaminhamento.

Está de acordo, Deputada? O.k.? (*Pausa.*)

Então, fica sobrestado o requerimento pela aprovação de todos os membros.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Diante da quantidade grande de requerimentos, que a gente precisa estar bem convencido da importância da aprovação, eu solicito que sejam excluídos da pauta os requerimentos dos Deputados que não estão presentes neste momento, para que, uma vez eles estando aqui na próxima reunião, a gente possa ser convencido por eles da importância desses requerimentos, porque são 25 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu acato em parte. Deixe-me fazer uma ponderação, Deputado, pela celeridade.

Por exemplo, tem requerimento aqui da Deputada Antônia Lúcia, com relação ao episódio do Acre, que eu acho imprescindível a gente aprovar. Aqueles requerimentos que possam suscitar alguma dúvida, a exemplo deste, da Deputada Janete, a gente, com um pouquinho de bom senso, suspende e posterga, sobresta para uma próxima...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Tudo bem. O que nós já temos conhecimento dos fatos a gente aprova; os outros, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso. Eu acho que fica mais...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - São quatro requerimentos meus e um da Deputada Flávia que têm o mesmo objeto. Nós poderemos votar em bloco também e facilitar a rapidez da nossa...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Os nossos também são rápidos e poderiam...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Santa Catarina e o Paraná também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Requerimento nº 98, do Deputado Francischini, que *"requer a realização de diligências para averiguar e acompanhar as investigações sobre os fatos e as circunstâncias que envolvem denúncias de supostas irregularidades na adoção de crianças, principalmente por famílias estrangeiras, realizando visitas ao Conselho Tutelar, ao Procurador Geral de Justiça e ao Presidente do Tribunal de Justiça dos Estados do Paraná e Santa Catarina e, na oportunidade, solicitar in loco todos os documentos relativos aos processos de adoção nacional e internacional, realizadas nos últimos cinco anos, no Município de São João do Triunfo, no Estado do Paraná - PR e no Município de Gaspar, no Estado de Santa Catarina - SC, bem como ouvir as famílias que tiveram seus filhos retirados de forma supostamente ilegal. Para tanto, requer ainda seja solicitado apoio da Polícia Federal nas diligências aqui requeridas"*.

Há vários Deputados subscrevendo, a Deputada Carmen, o Deputado Jordy, não sei quem mais, Deputado Paulo Freire, Deputado Luiz Couto também subscrevendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputado, só para... O Deputado Francischini coloca, por exemplo... Além desse requerimento, que fala sobre o meu, tem o item 7, o item 8, o 19, o 20, o 23, o 24, o 25 e o 26. São todos relacionados a esse assunto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Similares.

Nós podemos, então, aprovar todos em bloco, porque se trata do mesmo mérito, da mesma matéria. Evidente que tem vários aspectos aí, envolve muita gente. Já tem uma matéria que o Deputado trouxe aqui, também, de uma ONG americana, oferecendo crianças, que tem a ver com essa rede. Enfim, eu acho que



todos esses aspectos que foram objeto dessa notícia que foi veiculada por uma emissora de televisão, semana passada, segundo a proposta do Deputado Luiz Couto, estarão contemplados nessa aprovação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, não sei se todos assistiram à matéria. Teve uma matéria local, que eu trouxe também, que fala da ONG, Presidente, porque eu acho que o nosso foco, inicialmente, era indícios de adoção irregular, mas a coisa cresceu, e cresceu muito, com denúncias da própria *Record*, da jornalista Joice Hasselmann, de nosso Estado, e que nos trouxe uma ONG, que já tinha sido investigada, no passado, por oferecer um *book* com crianças brasileiras e com valores de 5.500 dólares para facilitar, como doação, eu acho que mascarando como doação, a adoção no Brasil. Essa ONG é a mesma ONG que fez a adoção das sete crianças, em São João do Triunfo. Nós tivemos uma gravação, que está na matéria que eu gostaria de mostrar a todos, em que essa jornalista liga para entrevistar a pessoa, que eu peço a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico num dos requerimentos, o Sr. Lino, representante da ONG no Paraná. E ele confessa ali, na reportagem, que ele recebeu 9 mil dólares pela intermediação dessas 7 crianças. Eu gostaria também de ressaltar que uma das crianças foi ouvida. Hoje ela é adulta, tem 18 para 19 anos, é uma jovem que retornou dos Estados Unidos, recebeu abuso sexual pela família que ela foi adotada nos Estados Unidos, e os outros irmãos dela ainda estão com essa família lá, nos Estados Unidos.

Então é um caso que machuca, dói quem é pai, quem é mãe. Eu acho que esta CPI precisa ir até o Estado do Paraná, precisa ir a Santa Catarina. Eu denunciei pelo Facebook, pelo Twitter, essa mesma ONG. Recebi inúmeras situações do Estado inteirinho. Essa ONG fez adoções em todas as comarcas possíveis e imaginárias. E a quebra de sigilo bancário e fiscal dessa ONG é para saber quantas famílias fizeram doações mascaradas, que podem ter uma questão de tráfico internacional de crianças, mascaradas como a ONG. Eu não estou fazendo uma acusação direta. Por isso da quebra de sigilo. Quem não deve não teme e merece uma investigação, para, ao final, se a ONG for séria, receber o nosso carimbo. Agora, é muito estranho, Presidente, receber, exigir, pedir doações de famílias americanas que têm interesse para que isso aconteça. Essas crianças estão indo



para países... As entrevistas mostram que nós não temos controle nenhum, depois que elas saem do Brasil. Essas sete crianças de São João do Triunfo não foram levadas pela família, foram levadas pelo intermediário da ONG, que pegou as crianças e levou até os Estados Unidos, para entregar para a família. Então, são coisas que merecem nossa presença. Eu acho que vai ser um caso grande, novo, dentro da CPI, que merece nossa atenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Gostaria até de complementar, pedir ao Presidente que nós pudéssemos agilizar a agenda, para iniciar os trabalhos da CPI de acompanhamento desse caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Desse caso, claro.

O.k. São os itens — confira aí, Deputado Luiz Couto — 2, 7, 8, 19 e 20. É isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vinte, 23...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Dezenove, 20, 23, 24, 25 e 26.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, que também são sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dois, 7, 8, 19, 20, 23, 24, 25 e 26.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - É. Lembrando só que tem dois que são quebras de sigilo e tem a votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está tudo no pacote.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Só uma pergunta: a quebra de sigilo é concernente a esse mesmo fato? É isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - A ONG e a pessoa que está gravada na matéria. Se quiserem assistir à matéria? Eu peço, inclusive, a cópia integral de mais de 20 horas de gravação que a *Rede Record* fez, em São João do Triunfo, para que a gente possa assistir aqui, na CPI, e possa ter mais informações.

São, Deputada Flávia, 37 crianças, a princípio, da mesma cidade, 30% das adoções, todas do Estado do Paraná, foram na mesma pequena cidade. São 12 famílias envolvidas só nessas adoções que foram para Estados Unidos, França, Espanha, com a mesma ONG intermediando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Deputada, terminou?
Deputada Carmen.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada. Eu só quero destacar como é importante a gente trazer à luz a verdade desses fatos, porque, em Santa Catarina, a Assembleia Legislativa do Estado junto com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça e com a OAB tiveram uma campanha muito intensa com relação à adoção tardia.

Então, um trabalho que vem de algum tempo, em especial nos últimos anos, fortalecendo a questão daquilo que dentro da legalidade, dentro do que a gente defende crianças, né, que estão abrigadas, que já foram, seguiram todo o rito da lei. E, no Estado, a gente está numa situação muito desconfortável em função das notícias mesmo que a gente está vivendo, e a preocupação de as crianças terem ido para fora do País sem ter respeitado, se é que isso aconteceu, né, a legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Então, em votação os itens 2, 7, 8, 19, 20, 23, 24, 25 e 26, que versam o mesmo assunto relativo às denúncias de adoção supostamente ilegais, ocorridas no Paraná e em Santa Catarina.

Os senhores estão de acordo? Mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Item nº 3. O Deputado Luiz Couto quer que seja convidada a Sra. Ana Santos para depor nesta CPI.

Para encaminhar a matéria, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há necessidade de a Ana ser ouvida lá em Pernambuco. A Ana, Sr. Presidente, era uma jovem de 14 anos quando teve perdas irreparáveis de familiares. Após dificuldades financeiras, abandonou os estudos e recebeu uma proposta para trabalhar como garçoneiro na Europa. E o que sonhava ser um futuro melhor se transformou em mais uma vítima do tráfico humano, sendo assim vendida para Holanda, depois para Alemanha, Bélgica, Portugal, Suriname, passando, então, pelas imperdoáveis mãos de traficantes e de pessoas que a obrigaram a se prostituir pela Europa.

Ela será ouvida na nossa ida para Pernambuco no dia 4. Então, solicitamos a aprovação para que ela possa ser ouvida.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Em votação o requerimento do Deputado Luiz Couto.

Aqueles que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Item 4: Requerimento nº 100, também do Deputado Luiz Couto, que *“requer seja convidado o Sr. Eduardo Varandas, Procurador-Chefe do Ministério do Trabalho da Paraíba para depor nesta CPI.”*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, eu gostaria que...São três requerimentos de convite, além da... Seria em bloco, e votar também o item 5 e o item 6, que são para que nós possamos ouvi-los na nossa ida à Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Em votação os itens 4, 5 e 6 que versam a mesma matéria, que é a convocação...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O convite aos senhores...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eduardo Varandas é o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eduardo Varandas, Oswaldo Trigueiro e o Sr. Marinho Mendes. São Promotores...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O primeiro é Procurador do Trabalho, que tem feito a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O segundo é o Procurador de Justiça do Estado, e o terceiro é Promotor de Justiça que também atuou naquele caso da exploração e do tráfico de travestis para a Europa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeitamente.

Os senhores e senhoras que estão de acordo com o requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos da Paraíba.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - É sobre os requerimentos da Deputada Antônia Lúcia. Já dei uma olhada aqui. As pessoas que estão sendo convocadas e



convidadas, como tem um juiz também sendo convidado, a minha sugestão é que se também vote em bloco os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Agora, qual é o do juiz?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É o número 9 ao 18, o 21 e o 22. De 9 ao 18, 21 e 22. E o do juiz é justamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual é o número? O item?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Não sei se a minha numeração aí está ao contrário, mas é... O 21 e o 22 são do Presidente.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ah, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Aqui é o 15.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É, desculpa. É.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - O do juiz é o 15, tá?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, nós temos que excetuar o 15. É isso?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Não, já está certo.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Já está certo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É como convidado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - É convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, é convidado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - É convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perdão, perdão.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Os outros convocados

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, perdão, perdão, está certo.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Vota-se em bloco todos porque estão todos bem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O caso do item 10, que são os que estão presos, não é? Já, já... Que é o Adriano, o Francinei e o Jardel Lima Nogueira, que nós ouvimos lá, mas que novos fatos foram revelados, inclusive até de ameaça para que eles mudassem os depoimentos, e nós precisamos trazê-los aqui porque nós



temos dados de que eles precisam ser colocados sob... Não é? Para, quem sabe, se, de fato, aquilo que eles disseram lá, e depois foram obrigados a desfazer o pronunciamento. O que é que vale, se é a primeira, ou se é a segunda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, porque são os itens 9...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Do 9 ao 18.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, do 9 ao 18. Não é isso?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria só fazer uma ponderação porque todos esses requerimentos são para que essas pessoas sejam ouvidas lá no Acre.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Eu estou de acordo. Agora, tem um episódio grave, na minha opinião, que ocorreu. Nós estivemos no Acre, a CPI esteve lá — eu, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Flávia não, né? *(Pausa.)* O Deputado Zé Augusto, eu acho, também — numa audiência, lá, na Assembleia Legislativa, por conta da Operação Delivery. E um dos jovens presos que foi à CPI e, segundo a avaliação de todos, de todos, Deputados e servidores da CPI que estavam lá, inclusive a Deputada Antônia, foi o depoimento mais contundente e verdadeiro que nós ouvimos lá, do Francinei.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi. Foi o do Francinei?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, foi o último, foi o último.

(Não identificado) - Não, não. Nei, Francinei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas o do Nei foi o primeiro.

(Não identificado) - Foi o último a depor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Adriano.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Adriano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Adriano Macedo. O Francinei é o Nei, que chamam. Mas foi o Adriano. E o depoimento do Adriano... E nós percebemos, durante o depoimento do Adriano, um certo desconforto de alguns policiais. Inclusive nos tinha sido denunciado antes, por aquela travesti, que ela teria recebido ameaças veladas durante, lá, os preparativos da CPI. Porque essa Operação Delivery, Deputado Sibá, que é de lá, parece que mexeu com muita gente, empresários e Vereadores que são denunciados, e outras autoridades lá, gente muito grande.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Hein? Então, houve um certo desconforto. E a informação que nós tivemos do Ministério Público e também da Deputada Antônia Lúcia é de que esse rapaz que fez o depoimento na CPI, ele, no mesmo dia, à noite, foi abordado por policiais que o levaram a uma delegacia para negar o que ele tinha dito na CPI, segundo as informações, supostamente sob intimidação.

Então, eu queria fazer uma ponderação de que, no caso desse rapaz, ele pudesse vir aqui depor. Eu acho que é um ambiente muito mais seguro, talvez, e confortável para que ele...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, esse rapaz tem que sair no proteção à testemunha senão ele volta morto para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, é isso aí. Eu acho que nós temos que trazê-lo para cá, e, aqui, a gente avaliar que medidas podem...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Ou não deixar voltar mais pra lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. E aí a gente vai, continua fazendo audiência pública lá, para ouvir as demais pessoas. Mas, no caso dele — está certo? —, eu acho que deveríamos convocá-lo para depor aqui, em Brasília.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Nesse caso desses policiais que abordaram, se a gente tiver algum conhecimento mais contundente disso, eu



acredito que a gente poderia inclusive ouvir esses policiais; por que eles forçaram esse rapaz a negar o que tinha dito na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Pois é, mas nós não temos ainda essa informação nesse detalhe. Por isso que seria importante primeiro ouvi-lo logo, para que, quando a gente fosse lá, a gente inclusive sugerisse as medidas que fossem, na avaliação da Comissão, cabíveis para enfrentar o problema. Porque seria desmoralizante para nós ir lá, na busca de apurar situações, e depois, na saída da CPI, as pessoas serem intimidadas, negarem, e a situação agravar, ao invés de atenuar. Eu acho que nós não podemos aceitar uma situação dessa natureza.

Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Deputado Jordy, dos 3 que deram depoimento para nós naquela tarde, início daquela noite, porque nós saímos de lá foi próximo às 19 horas, 19h30, este menino foi verdadeiro com relação à sua história de vida. Ele é um menino que, ainda jovem, iniciou sua atividade sexual, na prostituição, mas ele foi muito verdadeiro nos seus relatos. E ele já havia sofrido, quando ele foi detido pela primeira vez, com relação ao espaço físico. Que ele teria ocupado a cela e ele já teria sofrido violência sexual nesse espaço físico, por parte dos que estavam lá, na cela. Então, nós já saímos de lá com uma preocupação muito grande. Quando a gente recebeu aqui esta informação, eu me senti até constrangida como membro desta CPI, que a gente vai a um Estado, vai ouvir, e ainda acaba trazendo mais sofrimento para aquela pessoa, se é que ele é inocente. Então, não terminou o processo de investigação, e ele, na mesma noite, já sofrer — não é?— a questão da coação, represália para mudar seu depoimento.

Então é muito preocupante isso. Nós, talvez, não vamos conseguir, vendo os movimentos, nós não vamos conseguir identificar a reação das pessoas que estavam lá, porque você não consegue mensurar, durante o depoimento você percebe as expressões, mas... né? Mas que esta CPI tenha este cuidado: zelar pela integridade das pessoas que dão depoimento, quer sejam culpados ou não. Acho que não é o nosso papel aumentar o sofrimento e deixar essa população, esses depoentes sem a devida proteção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Vamos então, votar? Vamos votar, segundo o encaminhamento sugerido, do item 9 ao... — Deputada Flávia, nos ajude — até o 18, não é isso? E há dois adendos. O item 10, que trata desse rapaz, eu sugiro que a gente o convoque para cá, e há um adendo também que a Deputada Antônia pediu que fizesse. Há um requerimento dela, aqui, de emenda aditiva — está certo?— que eu vou aqui externar a todos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Deputado, nós podíamos incluir os do senhor também, que são sobre a Operação Delivery, no Acre. O 21 e o 22.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. O requerimento da Deputada Antônia Lúcia, esse de adendo, é apenas dizendo que nessa ida da CPI lá nós possamos ouvir também os responsáveis, e os relatórios estatísticos sobre a Maternidade Bárbara Heliodora, porque há suspeita de tráfico, inclusive, de crianças nascidas. Muito precocemente, há suspeita de que essas crianças estão sendo vítimas de tráfico de pessoas para o exterior. Esse é o adendo que eu sugiro que a gente incorpore nos requerimentos aqui aprovados.

Há uma sugestão da Deputada Flávia que a gente também aprecia. A gente ia votar separado, porque o Regimento impede. Mas se todos concordarem, a gente pode votar isso tudo de uma vez só.

E tem mais um adendo também, num requerimento de nossa autoria, que é a inclusão do Sr. Paulo Henrique Delfino Nascimento, que não foi ouvido quando nós fomos da outra vez. Ele está citado no relatório do Ministério Público. Ele é apresentador de TV, lá do Acre, e também foi denunciado nessa operação. Para que nós possamos incluí-lo na oitiva.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso, seria convidado ou convocado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Convocado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

(Não identificado) - Não, não, no Requerimento 106.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É no 106. Colocar no Requerimento nº 106, que aí já está como convocado. Aí não teria que mudar.



Então, não havendo mais nenhuma manifestação, as Sras. e Srs. Deputados que estão de acordo com o encaminhamento dado, de se votar em bloco os requerimentos relativos à Operação Delivery, por favor, mantenham-se como estão.

(Pausa.)

Estão aprovados os requerimentos.

O que mais falta?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Deputado Luiz Couto, 21 e 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O 21 e o 22 já foram. O 23 também.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - O 25 e o 26 também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já foram em bloco, no primeiro bloco.

(Não identificado) - Terminou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, está tudo votado devidamente, com os adendos e os encaminhamentos dados.

Eu queria, só por último, registrar aqui um ofício, que nós recebemos, da Deputada Antônia Lúcia, comunicando a esta CPI as ameaças que ela tem recebido anonimamente por telefone.

Eu recebi agora aqui.

“Sr. Deputado Presidente da CPI que investiga o tráfico de pessoas, ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar de V.Exa. que, em decorrência de minha atuação no combate de tráfico de pessoas, tráfico de drogas e prostituição de crianças e adolescentes, através desta Comissão e outras Comissões nesta Casa, também junto aos Ministérios e órgãos afins, após insultos e ameaças recebidas nos últimos dias, através de contatos telefônicos anônimos, e com o intuito de preservar a minha integridade física e meu direito de opinião nesta Casa, torna-se necessário que esta Comissão solicite aos órgãos responsáveis que



determinem que os órgãos de segurança façam a minha segurança pessoal, principalmente no Estado do Acre.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição de V.Sa. para qualquer assunto que seja necessário.

Atenciosamente,

Deputada Antônia Lúcia, PSC, Acre.”

Este requerimento foi encaminhado ontem, salvo engano, à CPI.

Eu acho que não cabe aqui discussão. O nosso dever é encaminhar às autoridades o ofício.

Peço à Assessoria que encaminhe às autoridades do Acre, a todas as demais autoridades e ao Ministério da Justiça, comunicando — em anexo, o ofício da Deputada — que ela está se sentindo ameaçada em sua integridade física, através de telefonemas anônimos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, ela ainda fala de prostituição infanto-juvenil. Então, não se usa mais esse termo. É exploração sexual infanto-juvenil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Exatamente. Com o adendo posto pelo Deputado...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, gostaria de fazer uma última colocação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - ...no sentido da nossa Relatora, destacando a questão do Paraná e Santa Catarina, principalmente São João do Triunfo. A jovem que retornou com 18 anos, alegando abuso sexual na família americana, nos traz uma necessidade de agilizar a ida ao Paraná, porque os outros irmãos todos, de tenra idade, ainda estão em posse dessa mesma família americana. Isso pode nos caracterizar a obrigação de agir rápido nesse caso. Talvez até convidar a Embaixada americana para participar, através dos órgãos que vão fazer contatos nos Estados Unidos, para que alguém faça, já que os órgãos, nas matérias que nós temos, dizem que a obrigação do Governo brasileiro, do poder



público brasileiro termina quando sai da fronteira brasileira para a fronteira americana.

Então, nós temos que ser, talvez, ágeis nessa ida ao Paraná. E por isso eu peço... Eu tenho certeza de que vou obter o empenho de V.Exa. em marcar nossa ida para os dois Estados, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós já tínhamos, mais ou menos abordado isso na semana passada. Não só aceleramos, porque precisaríamos aprovar o requerimento e não havia tempo hábil na semana passada. Foi uma semana meio imprensada, por conta do feriado da Semana Santa.

(Não identificado) - Páscoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Da Páscoa. Mas eu acho que essa questão do Acre e principalmente essa questão do Paraná e de Santa Catarina são as principais diligências, salvo as que já estão marcadas esta semana.

Esta semana nós temos Pernambuco e Paraíba, que estarão sendo acompanhadas por vários Deputados lá, e acho que a próxima diligência tem que ser essa visita ao Acre. Depois a gente vê os detalhes disso e encaminha.

Acho também que nós deveríamos pedir imediatamente uma audiência na Embaixada norte-americana, dos Estados Unidos aqui, para levar ao conhecimento e pedir providências acerca dessa participação... Participação não diria, mas desse envolvimento dessa rota, via Estados Unidos, a pedido do Deputado Francischini.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, eu só queria ponderar aos Srs. Deputados, Deputado Luiz Couto, Deputada Flávia, sem prejuízo aos demais que queiram participar, que nós precisamos fazer uma pequena reunião de trabalho, ainda hoje ou amanhã, para definir algumas coisas aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Amanhã. O.k.

Agradeço a presença de todos.

Dou por encerrada a presente sessão da CPI.

Obrigado.